

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

ELISÂNGELA DA CUNHA

**A ALIMENTAÇÃO ORGÂNICA E AS AÇÕES
EDUCATIVAS NA ESCOLA: DIAGNÓSTICO PARA A
EDUCAÇÃO EM SAÚDE E NUTRIÇÃO**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Nutrição,
da Universidade Federal de Santa Catarina,
para obtenção do grau de Mestre em Nutrição.

FLORIANÓPOLIS,

2007.

ELISÂNGELA DA CUNHA

**A ALIMENTAÇÃO ORGÂNICA E AS AÇÕES
EDUCATIVAS NA ESCOLA: DIAGNÓSTICO PARA A
EDUCAÇÃO EM SAÚDE E NUTRIÇÃO**

FLORIANÓPOLIS

2007

**A ALIMENTAÇÃO ORGÂNICA E AS AÇÕES EDUCATIVAS NA
ESCOLA: DIAGNÓSTICO PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE E NUTRIÇÃO**

ELISÂNGELA DA CUNHA

**Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de MESTRE EM
NUTRIÇÃO aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em
Nutrição.**

Profª Vera Lúcia Garcia Tramonte, Drª.

Coordenadora do Programa

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

Profª Anete Araújo de Sousa, Drª. Depto de Nutrição / UFSC

Profª Bethsáida de A. S. Schmitz, Drª. Depto de Nutrição / UNB

Profª Olga Celestina Durand, Drª. Depto de Educação /UFSC

Profª Susi Barletto Cavalli, Drª. Depto de Nutrição / UFSC

*Dedico este trabalho á
Todos homens e todas mulheres,
Todos cidadãos e cidadãs,
Todos trabalhadores e trabalhadoras,
Todos pais e todas as mães,
Todos os fortes e zelosos,
E seus maiores representantes,
Dona Valdete e Seu Evaristo.*

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Anete Araújo de Sousa pelo incentivo, paciência, amizade, simpatia e presteza no auxílio as atividades e discussões no andamento e conclusão desta Dissertação de Mestrado. Sem, no entanto, esquecer de agradecer pelo SER iluminado, que de orientadora passou a “*anjo da guarda*”!

Especialmente a Prof^a. Neila Maria Viçosa pelo seu espírito inovador e empreendedor de transmitir seus conhecimentos, e do inquestionável apoio à minha metamorfose profissional.

Muito obrigado, também, aos professores da banca de qualificação pela contribuição no direcionamento da pesquisa.

A Liana, bolsista do Departamento de Nutrição, pela imensa colaboração no andamento da pesquisa.

Aos demais idealizadores, professores, convidados, estagiários e funcionários do Curso de Pós-Graduação em Nutrição, pelo carinho, dedicação e entusiasmo demonstrado durante o curso.

Aos colegas de classe pela alegria e solidariedade das trocas de experiências e informações. Agradeço também aos professores da Área de Nutrição em Saúde Pública pelo acolhimento, respeito e grande aprendizado que me proporcionaram.

A gerente, nutricionista e educadora pertencentes à Gerência de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação do Estado, que me deram a honra de tê-las como participantes da pesquisa partilhando de seus saberes e suas experiências e me mostrando que, independente dos obstáculos, AMAM o que fazem.

A Diretora e Assistente Pedagógica da escola pesquisada pela atenção, carinho e respeito com que me receberam.

Aos professores e alunos da escola pela confiança e credibilidade.

A minha família, pelo carinho e empenho e, principalmente, confiança, em que tudo daria certo.

E todos, amigos, colegas, conhecidos que vibraram positivamente e mandaram sua energia que culmina na conclusão deste trabalho.

Ao Senhor Deus, pela oportunidade de viver esta imensa alegria...

Humildemente, espero ter contribuído de alguma forma para que esta alegria possa ser partilhada a meus semelhantes.

GRATA, A TODOS.

*Se pude enxergar mais longe, foi por me ter
erguido sobre os ombros de gigantes.*

(Isaac Newton)

RESUMO

A pesquisa envolveu um diagnóstico sobre as ações de educação em saúde e nutrição, com base na alimentação orgânica, em uma unidade escolar do município de Florianópolis, referência do Projeto Sabor e Saber (PSS) vinculado a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (SED-SC). O referencial teórico possibilitou a elaboração de um modelo de análise composto por três categorias: Avaliação do Projeto Sabor Saber em relação às diretrizes e objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); A alimentação orgânica no Projeto Pedagógico (PP) da escola e Ações e estratégias educativas em saúde e nutrição e a alimentação orgânica. Desenvolvida nos moldes da pesquisa qualitativa, utilizou a entrevista semi-estruturada, a análise documental e os grupos focais como técnicas de coleta de dados, tendo como participantes: representantes da Alimentação Escolar da SED; diretora, assistente pedagógica, orientadora pedagógica, grupo de estudantes e professores representantes da escola. Os resultados evidenciaram os seguintes aspectos: em relação ao PNAE, o PSS tem avançado em seus objetivos, aliando a introdução de alimentos orgânicos propondo o desenvolvimento de ações educativas com os temas alimentação, saúde, nutrição e meio ambiente. No entanto, não foram feitas avaliações do PSS nas escolas; o alimento orgânico está presente na alimentação escolar, contudo não há registro sobre o desenvolvimento de ações de educação em saúde e nutrição; a alimentação é conteúdo somente na disciplina de Ciências; os temas alimentação, saúde e nutrição no ambiente escolar surgem informalmente, sem planejamento prévio; a avaliação dos estudantes sobre alimentação oferecida na escola é positiva, valorizando-se aspectos qualitativos como saúde e equilíbrio, porém os alimentos orgânicos não foram referidos. Concluiu-se que, na escola pesquisada, a utilização do alimento orgânico, como produto da alimentação escolar, ainda, não é um elemento do projeto pedagógico da escola. O estudo recomendou a necessidade do engajamento entre a SED, comunidade escolar e produtores de alimentos orgânicos para que o PSS tenha seu caráter educativo garantido dentro dos espaços pedagógicos da escola, como ponto crucial para manutenção do Projeto.

Palavras chaves: alimentação escolar, educação em saúde e nutrição, ações educativas, alimentação orgânica, pesquisa qualitativa, grupos focais.

ABSTRACT

This research involved a diagnosis of educational action in health and nutrition, based on organic foods, in a school in the municipality of Florianópolis, with reference to the Taste and Awareness Project (Projeto Sabor e Saber - PSS) associated with the State Secretary of Education, Science and Technology of Santa Catarina (Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - SED-SC). A reference to the theory allowed the development of an analysis model comprised of three categories: Evaluation of the PSS in relation to the guidelines and objectives of the National Program of School Meals (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE); organic foods in the school Pedagogical Project (Projeto Pedagógico - PP); and educational actions and strategies in health and nutrition and organic food. Developed within the molds of qualitative research, a semi-structured interview, documentation analysis and focal groups were used as data collection techniques, the participants being: representatives of School Meals (Alimentação Escolar) from SED; school head, pedagogical assistant, pedagogical advisor, student group and teachers representing the school. The results highlighted the following aspects: in relation to the PNAE, the PSS has advanced in its objectives, combining the introduction of organic foods offering the development of educational actions with the themes of food, health, nutrition and the environment. However, no evaluation of the PSS in schools was carried out; organic food is present in school meals, although there is no record of the development of educational action in health and nutrition; food is a subject only on the Science course; the themes of food, health and nutrition in the school environment come up informally, without previous planning; the evaluation of students regarding the food offered at school is positive, qualitative aspects such as health and balance being valued, but no reference was made to organic foods. It was concluded that, in the school researched, the use of organic food, as a product for school meals, is still not an element of the school pedagogical project. The study advised of the need for an involvement between the SED, the school community and organic food producers in order for the PSS to have its educational nature guaranteed within the pedagogical environments of the school, as a crucial point for the maintenance of the Project.

Key Words: school meals, health and nutrition education, action educational, organic foods qualitative research, focal groups

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Estudantes representantes da escola pesquisada durante atividade de grupo focal.....	65
--	----

QUADROS

Quadro 1 –Categorias de análise e respectivos indicadores referentes à avaliação do Projeto Sabor Saber em relação às diretrizes e objetivos educacionais do PNAE.....3
3

Quadro 2 – QUADRO 2: Categorias de análise e respectivos indicadores referentes aos Temas Transversais no projeto pedagógico da escola.....34

Quadro 3 – QUADRO 3: Categorias de análise e respectivos indicadores referentes ações e estratégias educativas e a alimentação orgânica.....34

LISTA DE ABREVIATURAS

AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CEPSH – Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos

FAO - Food and Agriculture Organization

FNDE - Fundo de Desenvolvimento da Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

OMS - Organização Mundial da Saúde

OPAS – Organização Panamericana de Saúde

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRODENE - Programa de Descentralização e Enriquecimento da Nutrição Escolar

PSS – Programa Sabor Saber

SED – Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia – SC

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	02
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivo Específico	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
2.1 A ESCOLA E A EDUCAÇÃO EM SAÚDE	19
2.2 A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	22
2.3 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	24
2.3.1 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	26
2.3.2 Escolas e ações educativas de promoção à alimentação saudável	27
2.3.3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais: uma possibilidade para o desenvolvimento de ações de educação em saúde e nutrição	31
3 PERCURSO METODOLÓGICO	
3.1 CARACTERIZANDO A PESQUISA	34
3.3 CONSTRUINDO O MODELO DE ANÁLISE	34
3.3.1 Definição das Categorias de Análise	34
3.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA	37
3.5 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	37
3.6 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	40
3.7 ASPECTOS ÉTICOS	40
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	
4.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO SABOR SABER EM RELAÇÃO ÀS DIRETRIZES E OBJETIVOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	42

4.1.1 Diretrizes e Objetivos do PNAE.	42
4.1.2 Diretrizes e Objetivos do Projeto Sabor Saber	44
4.1.3 A Alimentação Orgânica no Projeto Político Pedagógico da Escola	50
a) Os Temas Transversais e o Alimento Orgânico no Projeto Político Pedagógico da Escola	51
b) Estratégias para o desenvolvimento do tema alimento orgânico nos Planos de Ensino	57
4.1.4 Ações e Estratégias Educativas e a Alimentação Orgânica.	59
a) Alimento Orgânico, Saúde e Nutrição: com a palavra, os Professores.	59
b) Alimento Orgânico, Saúde e Nutrição: e que venham Os Alunos!	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	82
ANEXOS	
APENDICES	

INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo programa social do Governo Federal, na área de educação, além de ser um dos mais antigos programas de nutrição do país, sendo, atualmente, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo como objetivos: a melhoria das condições nutricionais, a contribuição para a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2004a).

Do ano de criação até recentemente, várias formulações foram sendo implementadas, incluindo-se a discriminação, a abrangência do programa, a descentralização dos recursos, entre outros (BRASIL, 2004a). Além disso, entre as diretrizes do PNAE ganharam destaque a necessidade da aplicação da educação alimentar e nutricional como parte no processo ensino aprendizagem da escola e o imperativo de que estas ações educativas perpassem transversalmente pelo currículo escolar (BRASIL, 2006b).

Outro ponto importante foi à introdução do conceito sobre alimentação saudável que, atualmente, ganhou espaço na pauta oficial das políticas de alimentação e nutrição no âmbito dos Ministérios da Saúde e Educação do país, considerando-a como direito humano, envolvendo aspectos alimentares que garantam condições biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados sócio-culturais dos alimentos (BRASIL, 2006a).

Neste sentido, o Programa de Alimentação Escolar surge como possibilidade para o redimensionamento das ações desenvolvidas no cotidiano escolar, podendo ter um papel estratégico para mudanças das práticas alimentares dos escolares. Pode ainda ser considerado um instrumento pedagógico para promoção da educação em saúde e nutrição, contextualizando as práticas de educação nutricional numa perspectiva mais ampla de construção da cidadania (COSTA, 2001; DAVANÇO, 2004; MALDONADO, 2005).

Dentro da mesma perspectiva, Zitkoski (2000) argumenta que a educação em saúde objetiva transforma o ser humano em suas dimensões ético, político, social e comunitária. Desta forma, se concebe que a prática educativa requer a autonomia, o diálogo, participação e a reflexão crítica conscientizadora e libertadora com os indivíduos.

Cabe considerar ainda que a educação nutricional pode se constituir como um importante meio de apoio à promoção e construção do conhecimento em saúde e nutrição, ultrapassando, inclusive, as abordagens que a consideram como ações de caráter informativo sobre os alimentos, com predomínio do enfoque do aprender a comer.

Desta forma, diferentes experiências brasileiras no âmbito da escola têm sido reconhecidas pelo desenvolvimento de uma série de ações que possibilitam ampliar, de forma significativa, o papel da alimentação escolar para a promoção da educação em saúde e nutrição.

Em Santa Catarina, um convênio entre a Secretaria do Estado de Educação, Ciência e Tecnologia (SED) e a Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral (AGREGO) permitiu a operacionalização do Projeto “Sabor Saber” que beneficia escolas básicas da rede estadual de ensino de Florianópolis e outros municípios do estado com a alimentação escolar orgânica.

Destaca-se que a agricultura orgânica surgiu no Brasil na década de 70, porém, a partir dos anos 80, com o crescimento da conscientização da necessidade de preservação ecológica, que perpassa por uma alimentação saudável, ocorreu a expansão da clientela dos produtos orgânicos. Nesta fase, organizaram-se muitas das cooperativas de produção de produtos naturais hoje em atividade, a exemplo da AGRECO (ORMOND, *et al*, 2002).

O Projeto Sabor Saber tem como foco principal à implantação da alimentação orgânica no Projeto Político Pedagógico das escolas, buscando considerar a alimentação escolar em seu caráter educativo, que transpõe o ato de manutenção da condição de integridade fisiológica e/ou de repasse de alimentos, tratando-a como uma questão econômica, política e social que visa a manutenção do pequeno agricultor em seu local de origem, valorizando seus hábitos e costumes, preservando a cultura em que foi criado, bem como questão de conservação do meio ambiente, tema transversal que deve estar

pautado em todo o fazer pedagógico vigente nas unidades escolares da federação (SANTA CATARINA, 2003).

Salienta-se que o FNDE indica que o Estado deve dar prioridade à seleção dos alimentos que compõem o cardápio do programa, conforme a vocação agrícola e agroindustrial da localidade, com o propósito de incentivar o desenvolvimento local sustentável, apoiando os projetos de aquisição de alimentos da agricultura familiar e de cooperativas de pequenos produtores (BRASIL, 2006b).

Assim, pensar na escola como uma instituição onde a utilização do alimento orgânico seja um dos elementos do projeto pedagógico pode abrir possibilidades de novas abordagens educativas para estudantes, professores e dirigentes. Para isto, há necessidade de reflexão de como são desenvolvidas as ações de educação em saúde e nutrição dentro do processo de introdução destes alimentos na alimentação escolar.

Diante destas considerações, a presente pesquisa envolveu um diagnóstico referente às ações de educação em saúde e nutrição com base na alimentação orgânica em uma unidade escolar do Estado de Santa Catarina. Teve como propósito contribuir com elementos para avaliação do projeto “Sabor Saber” e ainda incorporar uma discussão sobre saúde, alimentação saudável, alimentação escolar e alimentação orgânica avaliando o engajamento de participantes da escola.

A relevância da pesquisa também pode ser destacada considerando a Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) que enfoca a necessidade de fomentar mudanças sócio-ambientais, em nível coletivo, para favorecer as escolhas saudáveis no nível individual (OMS, 2004).

Tais observações estão também presentes nos objetivos e perspectivas das recomendações da Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas (BRASIL, 2006a).

A importância do estudo pode ainda ser destacada considerando-se a necessidade de se analisar como as ações de educação em saúde e nutrição estão sendo desenvolvidas

dentro dos temas transversais propostos pelas Diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ministério da Educação na escola de referência.

Portanto, a pergunta que norteou o desenvolvimento do estudo foi assim delineada:

COMO AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E NUTRIÇÃO, A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ORGÂNICA, VÊM SENDO DESENVOLVIDAS EM UMA ESCOLA PARTICIPANTE DO PROJETO “SABOR SABER”?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral:

Analisar as ações de educação em saúde e nutrição, com base na alimentação orgânica, em uma unidade escolar da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (SED-SC).

1.2.2. Objetivos Específicos:

- Analisar o Projeto “Sabor Saber” em relação às diretrizes e aos objetivos educacionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação (MEC);

- Identificar os temas transversais recomendados pelo MEC, ligados à alimentação, no projeto pedagógico da escola;

- Identificar o tema da alimentação e/ou alimentos orgânicos dentro Projeto Pedagógico da escola;

- Identificar as ações e estratégias educativas relacionadas à educação em saúde e nutrição na escola, com a utilização do alimento orgânico;

- Identificar as concepções da alimentação oferecida pela escola, por parte dos participantes do Projeto “Sabor Saber”.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A ESCOLA E A EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Os organismos internacionais e nacionais ligados às áreas de educação e saúde têm expressado preocupação em desenvolver atividades promotoras de saúde no ambiente escolar (OPAS, 2003).

No entanto, o ensino de saúde tem sido um desafio para a educação no que se refere à possibilidade de garantir uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e hábitos de vida, pois as experiências mostram que transmitir informações a respeito do funcionamento do corpo e a descrição das características das doenças, bem como um elenco de hábitos de higiene, não é suficiente para que os alunos desenvolvam atitudes de vida saudável (BRASIL, 1997; OPAS, 2003).

Cyrino e Pereira (1999), ao descreverem o processo de elaboração e desenvolvimento de um projeto de saúde e educação em uma escola de Botucatu (São Paulo), colocam a importância da participação de profissionais de diferentes áreas na composição de um trabalho coletivo voltado para a construção de práticas conscientes e críticas, a partir de uma visão mais ampla dos problemas que envolvem as crianças em processo de escolarização.

Contudo, as autoras pontuaram que tal processo, inicialmente, esteve envolvido por uma série de conflitos e insatisfações devido à visão hegemônica assistencialista, higienista e medicalizadora que compõem, e em que estão colocados, os atores envolvidos.

Discutindo a teoria e a prática da educação em saúde, Gazzinelli et al (2005) dispõem sobre o desenvolvimento crescente das reflexões teóricas e metodológicas neste campo de estudo. Entretanto, estas reflexões não vêm sendo traduzidas em intervenções educativas concretas e a dificuldade desta transposição se pauta no modelo, ainda hegemônico da prática pedagógica em saúde pautada na noção de que a apreensão do saber instituído sempre leva à aquisição de novos comportamentos e práticas.

Os autores ainda colocam que “... deve-se considerar o caráter multifacetado dos processos educativos na prática. Eles são muito mais dinâmicos e complexos do que se pode admitir qualquer recorte teórico” (GAZZINELLI et al, p. 203, 2005).

Surge daí a necessidade da competência técnica dos especialistas em educação, responsáveis pelo elo entre os diversos atores envolvidos no processo de educação (alunos, pais, professores, diretores, merendeiras...), sendo fundamental sua capacitação para a construção de um trabalho de forma coletiva e transdisciplinar (MAINARDI, 2005).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS)

...os objetivos da educação em saúde são o de desenvolver nas pessoas o senso de responsabilidade pela sua própria saúde e pela saúde da comunidade a qual pertençam e a capacidade de participar da vida comunitária de uma maneira construtiva (BRASIL, 1997).

Pode-se avaliar então, que vários são os inconvenientes apresentados por uma abordagem educativa convencional, fundamentada apenas na transmissão de informações. Tem-se observado que essa abordagem é em geral insuficiente para motivar mudanças mais significativas das práticas de saúde, por não problematizar estas questões considerando a dimensão integral do educando (BOOG et al, 2003, LIMA, 2000).

Candeias (1997), citando definição de Green e Kreuter (1991), pontua que se entende educação em saúde como quaisquer combinações de experiências de aprendizagem delineadas com vistas a facilitar ações voluntárias conducentes à saúde. A palavra combinação enfatiza a importância de combinar múltiplos determinantes do comportamento humano com múltiplas experiências de aprendizagem e de intervenções educativas. A palavra delineada distingue o processo de educação em saúde de quaisquer outros processos que contenham experiências acidentais de aprendizagem, apresentando-o como uma atividade sistematicamente planejada. Facilitar significa predispor, possibilitar e reforçar. Voluntariedade significa sem coerção e com plena compreensão e aceitação dos objetivos educativos implícitos e explícitos nas ações desenvolvidas e recomendadas. Ação diz respeito a medidas comportamentais adotadas por uma pessoa, grupo ou comunidade para alcançar um efeito intencional sobre a própria saúde.

Segundo a OPAS (2003, p. 42),

...as intervenções educativas para o fomento da saúde no âmbito escolar devem ter em conta a grande diversidade de fatores que influem no

comportamento humano. Assim mesmo, deve fundamentar-se em uma visão integral e multidisciplinar de saúde que inclua a análise de fatores sociais políticos e econômicos que afetam a vida cotidiana.

Na educação em saúde deve-se avançar as causas biológicas e os conhecimentos sobre cuidados de higiene devem permitir à população o resgate pela vida e pela cidadania.

Nesta perspectiva, as experiências do cotidiano do indivíduo devem ser colocadas como ponto de partida nas ações educativas. Esta colocação coincide com a visão de Freire (1992) quando coloca a necessidade da reflexão do homem frente a sua realidade como fundamental no processo educativo, pois compreendendo a realidade este poderá transformá-la e com seu trabalho criar um mundo próprio.

Vasconcelos (2001, p.336) enfatiza que a educação em saúde:

... apesar de não poder oferecer bens materiais, não deve ser vista como secundária ou relegada ao segundo plano, e sim complementar, pois sua missão está na transmissão de valores. É fundamentada no enfrentamento das questões da vida através da formação de sujeitos mais críticos, criativos e responsáveis com a sua saúde e da coletividade.

Pedro Demo (1994) coloca que a educação é um conceito mais rico que conhecimento, porque este tende a restringir-se ao aspecto formal, instrumental e metodológico. Para o autor, o conhecimento é o meio para a construção da educação. Ressalta que a educação é formação, é emancipação e leva a aprender a aprender e que o princípio centra-se no construir a capacidade de construir conhecimento (saber pensar).

Esta concepção vem de encontro ao conceito ampliado sobre educação e saúde colocado por Schall (1994), que considera o indivíduo como um ecossistema real ou microcosmo, sendo seu corpo um sistema microbiótico que pode ou não viver em situação de harmonia. Se um homem é entendido como um ecossistema integrado com o ambiente total, ele irá desenvolver valores e atitudes positivas com este ambiente, somente se desenvolver

estes valores por si próprios.

Conforme colocam Morh e Schall (1992, p. 202) a educação e saúde...

...assume um caráter muito mais amplo do que a mera (mas importante e indispensável) aquisição de conhecimentos, passando a ser um momento de reflexão e questionamento das condições de vida, suas causas e conseqüências, e se tornando um instrumento para a construção e consolidação da cidadania.

Assim, o planejamento de experiências concretas que estimulem sensações de prazer e admiração pela natureza e pela vida e que associem a construção de novos conhecimentos à reflexão crítica pelos jovens e crianças vão favorecer o desenvolvimento do senso de responsabilidade destes para com seu corpo, sua casa e seu mundo (SCHALL, 1994).

2.2 A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

A criança, quando inicia sua vida escolar, traz consigo a valoração de comportamentos favoráveis ou desfavoráveis à saúde, oriundos da família e outros grupos de relação mais direta. Durante a infância e adolescência, épocas decisivas na construção de condutas, a escola passa a assumir papel destacado devido a sua função social e por sua potencialidade para o desenvolvimento de um trabalho sistematizado e contínuo. Nesta fase, a conformação das atitudes está fortemente associada a valores que os professores e a comunidade escolar transmitiram, inevitavelmente, aos alunos (BRASIL, 1997).

Nesta perspectiva, um estudo elaborado por Imianowski (2001), verificando quais são as percepções sobre saúde de crianças em idade escolar, pode constatar que esta se dá de forma diferenciada, porém ocorre a presença marcante de fatores sociais como família, escola, meio ambiente influenciando os conceitos formados, podendo ser apontada como abrangente, envolvendo seus vários condicionantes.

Puiggrós (1997,) aponta em seu artigo, que o espaço escolar, na atualidade, está povoado por vários...

...fragmentos de novas teorias, informações de atualidade, gostos e produções estéticas de fim de século e as novas formas da voracidade e da violência que algumas gerações exercem sobre as outras. Essa penetração não figura na maior parte dos planos de estudo, mas atravessa o currículo escolar, se, nesta circunstância, definimos a este último como o conjunto dos ensinamentos e das aprendizagens que se realizam no espaço da instituição, previstos ou não pelos programas, conscientes e inconscientes, dentro e fora da sala de aula, nos corredores e nos caminhos das ruas laterais à escola, onde se agrupam os adolescentes, nos sussurros e nas discussões públicas.

Diante do exposto, pode-se constatar que a escola se apresenta como um espaço e tempo privilegiado para promover saúde, por ser um local onde muitas pessoas passam grande parte do seu tempo, vivem, aprendem e trabalham. O ambiente de ensino, ao articular de forma dinâmica alunos e familiares, professores, funcionários técnico-administrativos, proporcionam as condições para desenvolver atividades que reforçam a capacidade da escola de se transformar em um local favorável à convivência saudável, ao desenvolvimento psico-afetivo, ao aprendizado, contribuindo na construção de valores pessoais e dos significados atribuídos a objetos e situações, entre eles a saúde (COSTA et al, 2001; AERTS et al, 2004).

Há o entendimento de que, antes de ser um ser social, o aluno é um indivíduo. Para sua integração e crescimento no coletivo, de forma a contribuir para o crescimento geral, deve-se ter cuidado para que as suas relações dentro do espaço escolar sejam promotoras da elevação de sua auto-estima, do fortalecimento de suas crenças de auto-eficácia, tendo como resultado o desejo de aprender por estar motivado intrinsecamente (MACIEL, 2003).

Para o processo de transformação da vida é fundamental a compreensão da determinação social, político, cultural e do meio físico sobre a saúde de indivíduos e coletividade; porém, para viabilizar essa compreensão, é preciso discutir de que forma estilos, hábitos e condições de vida e trabalho influenciam as formas de adoecer, morrer e receber

cuidados de saúde (AERTS et al, 2004; BUSS, 1999).

Segundo a Organização Panamericana de Saúde (OPAS, 2003, p. 25) “... a educação para saúde no âmbito escolar é um direito fundamental a todas as crianças. A saúde está extremamente ligada ao aproveitamento escolar, à qualidade de vida e à produtividade econômica”.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, dispõe sobre a reformulação do conceito de saúde passando a ser entendido como:

... um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, p. 161).

Ao adquirir e construir conhecimentos sobre saúde, a criança e o jovem adquirem valores, habilidades, destrezas e práticas necessárias para uma vida saudável. Neste processo, se contrai a capacidade de formar e fortalecer comportamentos e hábitos saudáveis (OPAS, 2003).

Pereira (2003) afirma que existe a possibilidade de exercer a prática de saúde em qualquer espaço social, inclusive a escola, visto que o campo da saúde é muito mais amplo do que o da doença.

De acordo com Buss (1999, p. 179):

Partindo de uma concepção ampla do processo saúde-doença e seus determinantes, a promoção da saúde propõe a articulação de saberes técnicos e populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, de diversos setores, para o enfrentamento e a resolução dos problemas de saúde e seus determinantes.

3 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Uma alimentação saudável deve ser baseada em práticas alimentares que, além do aspecto nutricional, assuma uma significação social e cultural do alimento como fundamento básico conceitual. O alimento como fonte de prazer também é uma abordagem necessária para a promoção da saúde (BRASIL, 2004b).

O Ministério da Saúde aponta a necessidade do setor público ...

... assumir a responsabilidade de fomentar mudanças sócio – ambientais, em nível coletivo, para favorecer as escolhas saudáveis no nível individual. A responsabilidade compartilhada entre sociedade, setor produtivo e setor público é o caminho para a construção de modos de vida que tenham como objetivo central a promoção da saúde e a prevenção das doenças. Assim, é pressuposto da promoção da alimentação saudável ampliar e fomentar a autonomia decisória através do acesso a informação para a escolha e adoção de praticas (de vida) alimentares saudáveis (BRASIL, 2004b).

Neste sentido a escola, explorando o vasto espaço pedagógico que a alimentação oferece, pode fazer deste momento um meio de criação de ações inovadoras em torno da educação e saúde, contribuindo para a construção da cidadania (PIPITONI, 1997).

A OMS (2005) coloca que a “... educação em matéria de alimentação e atividade física, assim como a adequação de conhecimentos básicos sobre os meios de comunicação desde a escola primária, é importante para promover alimentações mais saudáveis e resistir às modas alimentares e a informação enganosa sobre estas questões”.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar (PNAE) a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais (BRASIL, 2004b).

Do ponto de vista nutricional e operacional a alimentação escolar oferecida nas escolas públicas, gratuitamente, deve constituir-se de forma equilibrada e saudável, possibilitando a cobertura de, no mínimo 15% das necessidades nutricionais do aluno, no

horário de intervalo entre as aulas, geralmente na metade do período em que os alunos ficam na escola (BEZERRA, 2002; BRASIL, 2004a; MAINARDI, 2005).

No entanto, Mainardi (2005) argumenta que a alimentação escolar não é um programa paliativo, mas uma proposta de atenção aos direitos da criança de se sentir fisicamente bem durante o período escolar.

Além disso, deve-se considerar também que a alimentação no ambiente escolar pode e deve ter função pedagógica, devendo estar inserida no contexto curricular (BRASIL, 2006a).

Assim, observa-se a possibilidade da inserção do tema Educação em Saúde e Nutrição como um Tema Transversal, integrando as áreas convencionais de forma a estar presentes em todas elas, relacionando-se às questões da atualidade.

2.3.1 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE, criado em 1954, no final do Governo Vargas, é um dos mais antigos programas sociais do Governo Federal (BRASIL, 2004a).

Em 1955, a Comissão Nacional de Alimentos regulamentou a Campanha da Merenda Escolar, dando um novo impulso e abrangência nacional ao programa. Uma década depois, a Campanha da Merenda Escolar sofreu reformulações, ao ser criada a Campanha Nacional de Alimentação Escolar. De 1954 até 1979, a Campanha recebeu várias denominações, quando passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar, como hoje é conhecido (BRASIL, 2004a).

O direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal. Neste ano foram integrados ao PNAE os alunos da pré-escola e das creches (BRASIL, 2004a) .

A partir de 1993, o PNAE sofreu algumas modificações com a descentralização de sua execução, passando a transferir automaticamente os recursos financeiros às entidades executoras, sem necessidade de convênio. A partir da reedição da Medida Provisória n.º 1.784,

em 2 de junho de 2000, sob o número 1979-19, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) passou a ter, além de uma nova composição, a atribuição de fiscalizar e analisar as prestações de contas das entidades executoras. Assim, os CAEs passaram a ser formados por membros da comunidade, professores, pais de alunos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo (BRASIL, 2004a) .

Em 1994, a descentralização dos recursos para execução do Programa foi instituída, porém a consolidação desta, já sob o gerenciamento do FNDE, se deu com a Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98, em que, além do repasse direto a todos os municípios e secretarias de Educação, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo (PEREIRA, 2003; BRASIL, 2004a).

De acordo com a OMS (2005) as políticas e os programas escolares devem apoiar a alimentação saudável e a atividade física. Em todos os países a escola influi na vida da maior parte das crianças. Para proteger sua saúde deve fornecer informações sanitárias, melhorar a educação básica em matéria de saúde e promover uma alimentação saudável, assim como a atividade física e outros comportamentos saudáveis.

Neste sentido, o Ministério da Saúde destaca a importância da articulação entre o Ministério da Educação para a elaboração de ações no âmbito escolar que orientem construções acerca dos temas saúde, alimentação e nutrição, de importância ímpar para a consolidação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2003b).

2.3.2 Escolas e ações educativas de promoção à alimentação saudável

Diferentes experiências brasileiras no âmbito da escola têm sido reconhecidas pelo desenvolvimento de uma série de ações que possibilitam ampliar, de forma significativa, o papel da alimentação escolar para a promoção da saúde.

A exemplo da prefeitura do município do Rio de Janeiro, através do projeto “Com Gosto de Saúde”, enfocando a alimentação/nutrição como componente fundamental da promoção de saúde através da criação e disponibilização de materiais educativos que

subsidiem educadores em atividades pedagógicas sobre o tema. Outra atividade desenvolvida por este município com o intuito de fortificar a proposta de educação em saúde e nutrição, é a “Semana de Alimentação Escolar”, instituída através de decreto municipal e com a parceria de diversas instituições. Esta proposta é difundida na rede de ensino de todo o município com o objetivo de complementar as ações de promoção à alimentação saudável desenvolvidas no cotidiano das escolas, propondo, a cada ano, um tema em torno do qual são desenvolvidas atividades integradoras entre todas as disciplinas e séries.

Mais uma experiência importante acontece no Paraná que através Instituto de Desenvolvimento Educacional do estado (FUNDEPAR) desenvolve o programa Escola Cidadã que prevê o repasse de recursos financeiros diferenciados aos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual, permitindo assim a aquisição de alimentos in natura, preferencialmente cultivados por métodos orgânicos, de forma a promover práticas alimentares saudáveis através da inclusão de gêneros perecíveis na alimentação escolar (FUNDEPAR, 1997).

A experiência da Prefeitura de Palmeira-PR, iniciada em 1996, demonstrou que, através de um trabalho de parcerias entre as Secretarias Municipais da Educação e da Agricultura, foi possível a reativação da agricultura familiar por meio de uma série de projetos baseados em princípios da agroecologia.

Entre eles foi criado o Programa da Merenda Escolar Ecológica que, além de melhorar o valor nutricional da alimentação, tem por objetivo fazer com que a criança valorize o meio rural da sua localidade, convencendo as famílias e comunidades da importância de permanecer no campo de forma saudável. Paralelamente, são desenvolvidos outros projetos de educação ambiental com a participação de uma mascote conhecida como “florinha” que ensina hábitos alimentares mais saudáveis para as crianças e formas de proteção ao meio ambiente (DAROLT, 2003).

Outro exemplo importante acontece em Santa Catarina onde a Secretaria de Educação Ciência e Tecnologia desenvolve a experiência da utilização de alimentos de cultivo orgânico na alimentação escolar através do Projeto Sabor Saber .

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa

Catarina (SANTA CATARINA, 2003) o Projeto apresenta como objetivos:

- Promover a formação de bons hábitos alimentares elevando a qualidade das refeições servidas no Programa Estadual de Alimentação Escolar em todas as unidades escolares da Rede Pública Estadual de Santa Catarina, introduzindo alimentos orgânicos nos cardápios;

- Desenvolver a percepção do significado e da importância da alimentação orgânica ao: a) sensibilizar diretores, professores e merendeiras numa perspectiva de interdisciplinaridade; b) criar condições para melhorar a qualidade de vida da comunidade e c) buscar a sustentabilidade socioambiental na comunidade escolar.

- Implantação do Projeto da Alimentação Orgânica no Projeto Político Pedagógico das escolas da Rede Pública Estadual de Santa Catarina;

- Melhoria da qualidade das refeições servidas;

- Contribuição para redução dos problemas nutricionais;

- Valorização da cultura alimentar regional;

- Valorização da concepção agroecológica na produção de alimentos;

- Contribuição para o desenvolvimento da economia familiar rural e sua permanência no campo.

Dentro destes objetivos está contemplada a própria definição de sistema orgânico de produção colocado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela Lei nº 10.831, de 2003, no Artigo 1º:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível,

métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2006c)

O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros que atendam aos princípios estabelecidos por esta lei (BRASIL, 2006c).

A utilização do alimento orgânico na alimentação escolar em Santa Catarina teve início no ano de 2001, através da união entre duas entidades da sociedade civil organizada, o Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz e a Associação dos Agricultores Ecológico das Encostas da Serra Geral (AGREGO), sendo adotado pela Secretaria de Educação do Estado.

O Maciço do Morro da Cruz fica situado no Centro da cidade de Florianópolis, e é composto por uma série de comunidades, em sua maioria caracteriza por bolsões de pobreza. Diante desta situação várias instituições criadas pela sociedade civil organizada, em busca de melhores condições de vida para estas comunidades, uniram-se para formar o Fórum do Maciço.

As reflexões e reivindicações do Fórum eram permeadas por temas como educação, segurança, e reorganização urbana das encostas do Maciço do Morro.

Dentre as várias comissões criadas a partir do Fórum do Maciço, surge a da educação contando com a participação de várias escolas que atendem as crianças desta região, entre elas, a Escola Antonieta de Barros. Dos objetos de contenda desta comissão são apontadas questões acerca da qualidade da alimentação escolar e partindo destas discussões passa a ocorrer à parceria com a AGRECO.

Em agosto de 2001 inicia-se o projeto piloto de introdução de produtos orgânicos, fornecidos pela AGRECO, na alimentação dos estudantes da Escola Educação Básica Lauro Muller, integrante do Fórum do Maciço (LIMA, 2006).

No ano seguinte foi criado pela Comissão de Educação do Fórum do Maciço o

Projeto Sabor Saber, cujo objetivo era implantar no projeto político-pedagógico das escolas do entorno do Fórum o projeto de alimentação orgânica, melhorando assim a qualidade dos alimentos oferecidos e favorecendo a promoção de bons hábitos alimentares. Além disso, diferentes dimensões no âmbito da educação das crianças, entre elas, o resgate da cultura do meio rural, respeito ao meio ambiente, melhoria de renda e qualidade de vida para os agricultores e escolares, estão colocados no Projeto (SANTA CATARINA, 2003).

Assim, pensar na escola como uma instituição onde a utilização do alimento orgânico como produto da alimentação escolar seja um elemento do projeto pedagógico pode abrir possibilidades de novas abordagens educativas para estudantes, professores e dirigentes. Os sujeitos que participam desse processo educativo podem refletir sobre a cadeia produtiva que envolve o alimento orgânico, avaliando os aspectos sociais que visam à manutenção do pequeno agricultor em seu local de origem, bem como a valorização de seus hábitos e costumes, a preservação da cultura local, além dos aspectos referentes à conservação do meio ambiente. Estes elementos podem compor os temas transversais que devem estar presentes em todo fazer pedagógico das unidades escolares, a exemplo do trabalho e do consumo, o meio ambiente, a saúde, a ética e a pluralidade cultural que envolve a produção e o consumo de alimentos orgânicos.

Desta forma, a alimentação escolar pode ser considerada um espaço importante para o desenvolvimento de atividades educativas em nutrição, visando à promoção da saúde e possibilitando a construção de novos conhecimentos.

Também pode ser avaliado como um instrumento pedagógico, não apenas por fornecer uma parte dos nutrientes que o aluno necessita diariamente, mas por se constituir em um espaço educativo, melhor explorado quando, por exemplo, favorecem a integração entre temas relativos à alimentação e nutrição ao currículo escolar (COSTA, 2001).

Um estudo elaborado por Sturion (2002) vem reforçar esta idéia quando, na conclusão de sua pesquisa, aponta a necessidade da implementação da educação nutricional a partir da incorporação aos conteúdos didáticos das escolas de temas relacionados à alimentação saudável.

2.3.3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais: uma possibilidade para o desenvolvimento de ações de educação em saúde e nutrição

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) constituem um referencial básico que subsidiam as Secretarias de Ensino Fundamental em todo o país na constituição de uma proposta educacional de qualidade. Sua flexibilidade deverá se concretizar nas decisões regionais e locais sobre os currículos e programas de transformação da realidade educacional (BRASIL, 1997b, p. 13).

Os PCN dispõem de uma Base Nacional Comum de educação a ser trabalhada nas diferentes áreas de formação escolar básica, do ensino fundamental e médio. Dentro destes surgem os Temas Transversais a serem desenvolvidos em todas as áreas do ensino fundamental. Questões sobre ética, pluralidade cultural, trabalho e consumo, orientação sexual, meio ambiente e saúde devem ser inseridas no cotidiano escolar de forma dinâmica e articuladas entre os professores e áreas do currículo, sem se constituir numa disciplina em si (BRASIL, 1997b, MALDONADO, 2005; MAINARDI, 2005).

No espaço escolar a formalização dos Temas Transversais, bem como de todas as atividades desenvolvidas dentro e fora da escola, e que caracterize uma ação pedagógica, deve estar contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola.

Padilha (2003) considera o projeto político-pedagógico (PPP) da escola como, a priori, “um processo que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Sua dimensão político-pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares”.

Bizzo e Leder (2005), ao lançarem uma reflexão a respeito da inserção da educação nutricional como temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, apontaram que estes devem dar-se pela construção coletiva do conhecimento mediante planejamento didático-participativo com integração entre a equipe de saúde, a escola, a criança e a família, tendo como ponto-chave os conteúdos trabalhados ao longo e no momento da expressão das práticas, crenças, saberes e vivências da criança, de

maneira integrada, e não dissociados em práticas pedagógicas exclusivamente teóricas.

No mesmo sentido, Boog et al (2003) argumenta que o contexto desafiador da educação nutricional exige o desenvolvimento de abordagens educativas que permitam abraçar os problemas alimentares em sua complexidade, tanto na dimensão biológica como na social e cultural. As abordagens inter e transdisciplinares surgem como opções que podem oferecer caminhos alternativos.

Os fatores determinantes para construção do conhecimento em saúde também podem ser considerados como condição para educação nutricional. Assim, é pressuposto da educação em saúde e nutrição ampliar e fomentar a autonomia decisória através do acesso à informação para a escolha e adoção de práticas (de vida) alimentares saudáveis.

A Organização Mundial de Saúde apresenta para área de alimentação e nutrição a possibilidade de redimensionar as ações desenvolvidas no cotidiano escolar, valorizando o Programa de Alimentação Escolar como estratégia de promoção da saúde; contextualizando as práticas de educação nutricional numa perspectiva mais ampla de construção da cidadania e adequando os espaços relacionados à alimentação (ex: cozinhas, refeitórios, cantinas), com vistas a torná-los mais coerentes com um ambiente escolar saudável (BIZZO E LEDER, 2005; MALDONADO, 2005; OPAS, 2003).

Com base nesta colocação intui-se que os temas saúde e alimentação podem harmonizar-se com o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, visto que vai além das questões biológicas, passando por questões educacionais, culturais e sociais, podendo estar pautado em todo o fazer pedagógico e, assim como objetiva o PPP, estar de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa nas unidades escolares da federação (VASCONCELLOS, 1995; BAFFI, 2002).

Avaliando-se a educação nutricional com esta perspectiva e a ampliando dentro do conceito de educação em saúde, pode-se inferir a eminente necessidade de produção de conhecimento em saúde e nutrição dentro do meio escolar que venha a contribuir para construção da autonomia do educando no que diz respeito às suas escolhas alimentares, de saúde e qualidade de vida.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 CARACTERIZANDO A PESQUISA

Para responder a pergunta de partida: Como as ações de Educação em Saúde e Nutrição, a partir da utilização da Alimentação Orgânica, vêm sendo desenvolvidas em uma escola participante do Projeto “Sabor Saber”?, a presente pesquisa foi desenvolvida com base nos fundamentos da pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2000), este tipo de abordagem se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes ou que correspondem a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos.

De acordo com os tipos de abordagens qualitativas, a pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso. Um estudo de caso tem como propósito analisar um fenômeno atual que está dentro de um contexto de vida real (GODOY, 1995). No presente material, destacou-se a importância de se analisar como se dá a inserção da alimentação orgânica em um projeto educacional ligado a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. O estudo de caso foi desenvolvido em uma escola de referência do município de Florianópolis, considerando a análise prévia do processo produtivo das refeições com a introdução do alimento orgânico de LIMA (2006), dissertação vinculada ao Programa de Pós-graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina.

3.3 CONSTRUINDO O MODELO DE ANÁLISE

A construção do modelo de análise compreende o estudo, de forma precisa, dos fenômenos que instigam o pesquisador. É nesta etapa da pesquisa que os conceitos e hipóteses levantados são estreitamente articulados para formarem um quadro de análise coerente (QUIVY, 1992).

3.3.1 Definição das Categorias de Análise

A palavra categoria refere-se a um conceito que abrange aspectos ou elementos com características comuns, ou que se relacionam entre si (GOMES, 1997).

Para esta pesquisa as categorias de análise foram formuladas com base nos

referenciais teóricos utilizados, sendo assim denominadas:

- Avaliação do Projeto Sabor Saber em relação às diretrizes e objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- A alimentação orgânica no Projeto Pedagógico (PP) da escola;
- Ações e estratégias educativas e a alimentação.

Tais categorias com as suas respectivas subcategorias e indicadores de análise encontram-se discriminadas nos quadros que seguem:

AVALIAÇÃO DO PROJETO SABOR SABER EM RELAÇÃO ÀS DIRETRIZES E OBJETIVOS DO PNAE		
SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS
Diretrizes e objetivos do PNAE	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes do PNAE • Objetivos do PNAE 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com a gerente e com a nutricionista da alimentação escolar da Secretaria de Educação de SC • Análise de documentos (projetos, relatórios e documentos institucionais)
Diretrizes e objetivos do Projeto Sabor Saber (PSS)	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes do PSS • Objetivos do PSS • Indicadores de avaliação do alcance dos objetivos: <ul style="list-style-type: none"> • para a qualidade das refeições servidas • para a redução dos problemas nutricionais • para a valorização da cultura alimentar regional • para valorização da concepção agroecológica na produção de alimentos • para a contribuição no desenvolvimento da economia familiar rural e sua permanência no campo 	

QUADRO 1: Categorias de análise e respectivos indicadores referentes à avaliação do Projeto Sabor Saber em relação às diretrizes e objetivos educacionais do PNAE

A ALIMENTAÇÃO ORGÂNICA NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA		
SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS
Temas transversais no Projeto Pedagógico (PP) da escola	<ul style="list-style-type: none"> • Relação dos temas transversais no PP • Localização da alimentação nos temas transversais 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com a diretora e coordenadoras pedagógicas da escola • Análise de documentos (PP, projetos, planos de ensino e de aula e outros documentos institucionais)
Estratégias para o desenvolvimento da alimentação / alimentos orgânicos no PP e planejamento anual das atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentos e alimentação orgânica no PP: • nas disciplinas • nos projetos • nas interdisciplinas • na programação de atividades individuais e / ou grupais 	

QUADRO 2: Categorias de análise e respectivos indicadores referentes aos Temas Transversais no projeto pedagógico da escola.

AÇÕES E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS EM SAÚDE E NUTRIÇÃO E A ALIMENTAÇÃO ORGÂNICA		
SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS
Ações de educação em saúde e nutrição	<ul style="list-style-type: none"> • Características das ações educativas com os alimentos orgânicos (tipo de aula): • por disciplinas e por projetos (estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas em cada uma) • dinâmicas, jogos, oficinas culinárias, visitas, exposições orais, relato de experiências, experimentação em laboratório. 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista semi-estruturada • Grupos focais

O ambiente da escola	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços pedagógicos utilizados (sala de aula, horta escolar ou comunitária, cozinha da escola, refeitório, locais de produção de orgânicos, feiras, ...) • Recursos utilizados (materiais educativos, pessoal envolvido, alimentos orgânicos disponíveis) 	
----------------------	--	--

QUADRO 3: Categorias de análise e respectivos indicadores referentes ações e estratégias educativas e a alimentação orgânica

Para identificação das concepções e dos conceitos que pudessem emergir sobre saúde, alimentação escolar e alimentação orgânica foram apresentadas aos participantes a seguinte questão norteadora: Como você avalia a alimentação oferecida pela escola?

3.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A população em estudo foi formada por:

- Gerente de Alimentação Escolar da SED de Santa Catarina;
- Nutricionista responsável pela Alimentação Escolar da SED;
- 01 Educadora responsável pela elaboração e desenvolvimento do Projeto Sabor Saber;
- Diretora da Escola Referência;
- Assistente pedagógica da escola de referência;
- Orientadora pedagógica da escola de referência;
- 20 Estudantes da escola de referência sendo, 12 alunos representantes das turmas de 1ª a 3ª séries do ensino fundamental e 08 estudantes de 4ª a 7ª séries, todos escolhidos aleatoriamente pelos professores e;
- 07 Docentes da escola, onde 04 representavam os professores das turmas de 1ª a 4ª séries e 03 responsáveis por disciplinas de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental da escola

pesquisada.

3.5 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Conforme Minayo (1992, p. 101) a definição dos instrumentos para coleta de dados depende dos objetivos que se pretende alcançar com a referida pesquisa.

Parte dos dados foram coletados por meio de análise documental. Esta tem por propósito, identificar informações importantes que possam vir a serem levantadas como hipóteses. Foram considerados documentos, qualquer material escrito que se constitua como fonte de informação (GODOY, 1995).

Para a obtenção de dados referentes à avaliação do PSS em relação aos objetivos do PNAE foram feitas entrevistas com perguntas semi-estruturadas (APÊNDICE A) para alguns responsáveis pela elaboração e implantação do PSS nas escolas de ensino fundamental da SED de Santa Catarina.

O levantamento de informações acerca das estratégias e ações de educação em saúde e nutrição envolvendo o alimento orgânico na escola foi obtido através da técnica de grupo focal.

O grupo focal é essencialmente uma técnica de coleta de dados inspirada em uma técnica de entrevistas não direcionadas e grupais utilizadas na psiquiatria (MINAYO, 1999, KIND, 2004, p, 126).

Consiste em entrevistas em grupo, sobre um “foco” ou “tópico” específico, e busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes

sobre um tema, produto ou serviço, baseando-se na interação entre as pessoas (MINAYO, 1999).

A técnica de grupo focal utiliza a interação grupal para produzir dados e *insights* que dificilmente seriam conseguidos fora do grupo (KIND, 2004, p. 124).

Os grupos desenvolvidos com professores foram acompanhados pela pesquisadora, que tinha o papel de moderadora, e duas estudantes do Curso de Nutrição /UFSC, que faziam anotações sobre observações durante o encontro.

Já os grupos desenvolvidos junto aos estudantes da escola foram coordenados e relatados pela pesquisadora.

Um guia de entrevista (APENDICE B), com perguntas abertas, foi utilizado para nortear o andamento da discussão pelos grupos.

Esta fase da pesquisa foi desenvolvida através de dois encontros com grupos formados por professores e dois encontros com grupos formados por estudantes.

Um grupo de professores foi formado por quatro docentes do primeiro ciclo do ensino fundamental (1ª a 4ª séries) e três representantes da coordenação da escola. O segundo grupo, constituído por três professores que atuavam em disciplinas distintas com alunos de 5ª a 8ª séries, também contou com a presença de duas representantes da coordenação da escola.

Os quatro encontros transcorreram dentro do espaço físico da escola e tiveram duração média de 01 hora e 20 minutos cada.

Em cada turma, dois alunos foram selecionados pelos professores, aleatoriamente. Desta forma, obtivemos um grupo de 12 alunos representantes da 1ª a 3ª séries do ensino fundamental e 08 representantes dos alunos de 4ª a 7ª séries. A ausência de representantes da 8ª série ocorreu devido à saída da turma para um evento fora da escola.

Inicialmente cada grupo foi informado sobre o objetivo da pesquisa e a importância de sua participação fornecendo opinião sobre a seguinte questão: Como você avalia a alimentação oferecida pela escola?

Anteriormente, foi esclarecido que a participação naquele encontro era voluntária e que o sigilo das informações e imagens seria garantido.

Não havendo desistências seguiu-se o grupo focal.

Com os estudantes sentados numa mesma mesa foram distribuídos materiais para desenho (canetas coloridas, giz de cera) e folhas de papel branco para desenvolvimento da dinâmica.

Estes foram instruídos a, individualmente, fazer um desenho, escrever uma frase ou palavra que representasse sua avaliação sobre a alimentação oferecida na escola.

Durante esta etapa da atividade alguns alunos dos dois grupos apresentaram dificuldades em iniciar a elaboração de alguma forma de representação. Então, mais questões foram lançadas e assim foi promovido um diálogo entre os participantes que contribuiu para o desenrolar da proposta.

Posteriormente, cada aluno foi convidado a explicar sobre sua forma e significado de avaliação.

As respostas foram registradas através da gravação das falas, registros fotográficos, bem como registros em caderno de campo.

3.6 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados levantados a partir das entrevistas e análise documental foram avaliados de forma descritiva (QUIVY, 1992).

As concepções e os conceitos sobre saúde, alimentação escolar, alimentação orgânica e as ações educativas em saúde e nutrição foram categorizados e analisados, seguindo a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1991).

A análise do conteúdo é considerada um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1991).

3.7 ASPECTOS ÉTICOS

No trabalho com seres humanos, as questões éticas devem permear todas as etapas do processo. Para este estudo estivemos atentos aos princípios que norteiam a bioética. A resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, a qual estabelece as diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas com seres humanos, tais como beneficência, não maleficência, justiça e autonomia foram utilizadas como subsídio ético norteador nesta pesquisa. No desenvolvimento deste estudo foram considerados os seguintes aspectos éticos:

- A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina;
- Obtenção do Consentimento de Livre e Esclarecido de todos os participantes, autorizando assim a utilização de seus depoimentos para finalidade de pesquisa e publicação;
- Adesão voluntária dos participantes com livre escolha para abandonarem a pesquisa se julgassem necessário.

Ressalta-se que a pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa. Para garantia do anonimato das pessoas que participaram da pesquisa estas foram citadas por cognomes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO SABOR SABER EM RELAÇÃO ÀS DIRETRIZES E OBJETIVOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

4.1.1 Diretrizes e Objetivos do PNAE.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem uma diretriz nutricional com o objetivo de dar um aporte de nutrientes durante o período em que o estudante está na escola. O aluno fica na escola durante quatro horas, sendo a instituição responsável por oferecer uma alimentação adequada.

A melhora das condições fisiológicas do aluno, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento escolar, também é apontada como uma premissa do Programa.

Contudo, como discutido por Abreu (1995); Bezerra (2002) e Mainardi (2005) é importante ressaltar a fragilidade do discurso que atribui à alimentação escolar o alento para solução dos problemas nutricionais e de aprendizagem. Deve-se atentar que, ao tomar conceitos e explicações do campo da saúde, medicalizando a questão, tanto a escola quanto às estruturas socioeconômicas ficam, em parte, liberadas do contexto social.

Os dados desta pesquisa também apontam para este caminho quando os respondentes salientam que o PNAE no estado de Santa Catarina:

“...continua um programa assistencial, em escolas públicas com alunos mais carentes, evitando evasões” (...) “traz alunos para as aulas...” (Ana).

O aspecto assistencialista das políticas e programas vigentes ainda é uma realidade, principalmente, devido às desigualdades sociais e econômicas do país. Esta observação é corroborada pela Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (SED) que em seu manual sobre o Programa Estadual de Alimentação Escolar afirma que “a alimentação escolar, como uma política educacional, também está inserida nesse contexto, sempre presente nas preocupações daqueles que se dedicam a estudar as condições de escolaridade, não ocupando, no entanto, papel relevante na preocupação dos educadores em

geral” (SANTA CATARINA, 2006).

Contudo, mesmo diante desta condição, os profissionais entrevistados que integram a Diretoria de Assistência ao Estudante/Gerência de Merenda Escolar de Santa Catarina demonstram uma visão mais ampla sobre o papel da alimentação escolar, quando colocam que:

“O Programa (PNAE) não tem o objetivo de tratar obesidade ou desnutrição, mas o equilíbrio da alimentação” (Ana).

“... é responsabilidade da escola... contribuir na formação de bons hábitos” (Ana).

“Hoje o Programa é sobre a alimentação/ educação nutricional e formação de bons hábitos...” (Maria).

É importante ressaltar que, conforme já destacado, a alimentação escolar é um direito constitucional e de qualidade de vida do aluno.

Bezerra (2002) ressalta que a merenda escolar na prática ou como política social tem uma dimensão dialética, podendo ser também considerada como um instrumento de criação de possibilidades de emancipação, pois ao oferecer-se a alimentação às crianças, mesmo que parcialmente, pode-se estar contribuindo para que elas tenham melhor predisposição para aprender. Desta forma, elas se instrumentalizam via saber sistematizado, e conscientizando-se de sua realidade, podem desenvolver um agir crítico e transformador.

Nas observações feitas pelos entrevistados também se percebe a importância dada ao Programa como um instrumento facilitador para formação de bons hábitos alimentares e de educação em saúde e nutrição que estão, ainda que de forma pouco articulada, colocada como proposta.

A alimentação escolar, além do aspecto nutricional, envolve também o processo ensino-aprendizagem, permeado pelos aspectos sociais mais abrangentes, que devem ser trabalhados em âmbito escolar, proporcionando aos educandos e à comunidade escolar em geral, possibilidades de avanço na caminhada para uma vida mais justa e saudável (SANTA CATARINA, 2003).

O enfoque educacional da alimentação escolar tem sido bastante discutido e pesquisas sobre o tema vem apontando a relação desta visão com a contribuição, além do aspecto nutricional, com a construção de hábitos e atitudes favoráveis à vida do aluno.

Atualmente, o caráter educacional da alimentação na escola também é reconhecido pela Gerência de Alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina que, além de contar com nutricionista e profissionais da área administrativa, conta também com a colaboração de vários profissionais da área da educação participando na elaboração e assessorando as escolas na implantação de projetos educacionais relacionados à alimentação.

Observa-se a necessidade de uma abordagem multidisciplinar do tema alimentação para que as experiências tenham êxito e envolvam a educação em saúde e nutrição.

Diante disto o estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, optou por estruturar o Projeto Sabor Saber (PSS), ou Programa de Descentralização e Enriquecimento da Nutrição Escolar Orgânica, que, como outros projetos que envolvem o tema alimentação desenvolvido pela Secretaria, pretende a harmonização deste programa ao programa educacional, ambiental, econômico, social e cultural.

4.1.2 Diretrizes e Objetivos do Projeto Sabor Saber

O incentivo a alimentação saudável na escola e a valorização do Programa de Alimentação Escolar como uma estratégia de promoção de saúde para comunidade escolar têm sido bastante fomentados por parte dos organismos responsáveis pelas ações de saúde e alimentação de todo mundo.

Como destacado anteriormente, a Portaria Interministerial nº 1.010 no Artigo 5º dispõe sobre a necessidade de incorporar o tema alimentação saudável ao Projeto Político Pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares (BRASIL, 2006a).

Em várias cidades brasileiras existem trabalhos relacionando o tema alimentação

escolar e ensino. Prova disto foi o evento ocorrido no mês de novembro de 2005, denominado 2º Encontro Nacional de Experiências Inovadoras em Alimentação Escolar, organizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que reuniu representantes de várias cidades do país a fim de oportunizar a apresentação e a comunhão destas experiências.

No estado de Santa Catarina está em andamento desde 2003 o Projeto Sabor Saber que tem como objetivo central à implantação, gradativa, dentro do Projeto Político Pedagógico de cada escola da Rede Pública Estadual, do Projeto da Alimentação Orgânica. Este projeto busca favorecer a promoção à formação de bons hábitos alimentares, elevando a qualidade das refeições servidas no Programa Estadual de Alimentação Escolar, em todas as unidades escolares da rede, por meio da introdução alimentos orgânicos nos cardápios (SANTA CATARINA, 2003).

“Em 2003 existiam 60 escolas vinculadas ao programa de consumo de alimentos orgânicos, mas não existia nenhum projeto pedagógico disto (nenhum vínculo..., era apenas merenda). A alimentação orgânica não era conhecida pelos pais das crianças, e aí surgiu o Sabor Saber” (Maria).

Cabe ressaltar que a história da utilização de produtos orgânicos na alimentação escolar no Estado iniciou no ano de 2001, por iniciativa da Comissão de Educação do Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz em Florianópolis. A comissão buscou parceria junto a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral e trouxe para algumas escolas do Maciço a possibilidade de utilização dos alimentos orgânicos, cujos projetos político-pedagógicos apresentavam ações relacionadas ao meio ambiente.

O Projeto Sabor Saber atende atualmente, 155 escolas públicas do estado de Santa Catarina. A verba destinada a este projeto advém do chamado Programa de Descentralização e Enriquecimento da Nutrição Escolar Orgânica (PRODENE Orgânico), cujo recurso é proveniente da parcela que corresponde a responsabilidade do Estado, é repassado diretamente às escolas, bimestralmente, e é destinado para a aquisição exclusiva de gêneros perecíveis.

O PRODENE objetiva descentralizar recursos para a aquisição direta de alimentos, como carnes, legumes, verduras e frutas, com vistas a complementar e enriquecer a diretriz

nutricional do PNAE que dá ênfase ao aspecto calórico-proteico (Santa Catarina, 2003).

Com o PRODENE Orgânico as escolas recebem 30% a mais dos recursos financeiros previstos para a compra dos produtos, visto que os preços dos alimentos orgânicos possuem um valor adicional em relação aos convencionais (Santa Catarina, 2003).

Para o recebimento das verbas referente ao Projeto faz-se necessário à elaboração de um projeto pela escola, conforme descrito no Manual de Operacionalização da Alimentação Escolar Orgânica e confirmado durante as entrevistas.

“Hoje, para receber as verbas do programa, é preciso que a escola faça um projeto...” (Maria).

“Projetos são analisados, escolas interessadas mandam um pré-projeto, analisados pela educadora” (Flor).

No entanto, cabe discutir que a ampliação do Projeto não foi precedida de nenhuma avaliação oficial dos objetivos propostos, e inseridos no âmbito do Programa Sabor Saber, por parte da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

As informações colocadas quanto à forma de avaliação do PSS pela Secretaria de Educação durante a entrevista apontam dados empíricos.

“É difícil atribuir ao programa as variáveis de aprendizado, não é objetivo de o programa medir isso. O sabor e apresentação também não têm sido verificados quanto à preferência, só o aumento de consumo de folhosos, maior variedade, que foi observado” (Ana).

“(…) não, mas o propósito é de medir isso durante esse ano (...) programa contribui para melhorar alimentação, mas não foram medidos os resultados na saúde das crianças” (Flor).

“Agricultores vivem de vender os alimentos para a alimentação escolar também (melhoram sua renda, e ela torna-se garantida). Nos outros pontos os dados são empíricos” (Flor).

“Não existem nenhuma avaliação do programa, o que existem são controles financeiros...” (Maria).

No documento referente às Diretrizes Operacionais para o Planejamento de Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar do FNDE, é destacado que se constituem funções do nível federal:

Assessorar os estados e municípios no aperfeiçoamento e fortalecimento dos trabalhos, utilizando recursos educativos e programas desenvolvidos sob orientação do Ministério da Educação e a execução do programa em todos os níveis de atuação (BRASIL, 2004a).

É função do nível estadual:

Zelar pelo cumprimento dos princípios, diretrizes, objetivos e metas do programa (BRASIL, 2004a)

Na análise documental constata-se a ausência de indicadores para a avaliação dos objetivos e diretrizes do Projeto Sabor Saber. Porém, durante as entrevistas, foi destacada a preocupação da SED sobre este aspecto:

“(...) o objetivo era atender 100% das escolas com orgânico até 2008, mas por terem ocorrido mudanças de concepções, passou de merenda escolar para enriquecimento da alimentação escolar; outra visão da alimentação escolar. Agregou elementos importantes para formar novas características, visão de futuro. Foi preciso parar as adesões até que seja feita uma avaliação...” (Maria).

“... até o final do ano pretende-se fazer uma pesquisa” (Flor).

Torna-se importante salientar que não cabe a esta pesquisa fazer observações sobre os critérios metodológicos na construção do Programa Sabor Saber. No entanto, pode-se destacar que a avaliação freqüente de ações propostas parece contribuir favoravelmente para a condução e, se necessário, o re-direcionamento dos caminhos que garantam o êxito dos objetivos do PSS, o que não vem acontecendo.

Durante a entrevista outras observações referentes aos objetivos do Programa Sabor Saber foram realizadas:

“O objetivo do projeto dos orgânicos na escola é reafirmar a alimentação saudável, novo olhar, despertar a atenção aos orgânicos..., um projeto educacional. Mas, hoje o real é o alimento orgânico na escola, mas os alunos não têm consciência disso, não há participação pedagógica, não há trabalho em sala de aula” (Ana).

“(...) ainda precisa melhorar a parte educacional” (Maria).

Segundo Bezerra (2002) há um intrigante desinteresse dos educadores e pedagogos pelo tema alimentação escolar, o que ficou constatado pelo autor durante levantamento bibliográfico que apontou, predominantemente, trabalhos desenvolvidos por engenheiros de alimentos, nutricionistas, médicos e psicólogos, nesta área.

“É difícil fazer com que a escola mude sua concepção sobre alimentação escolar, não abre os horizontes” (Maria).

As dificuldades apontadas podem ser características do contexto desafiador que envolve a educação e o tema alimentação, frequentemente induzida pelo modelo cartesiano-newtoniano de produção de conhecimento, que valoriza a dimensão biológica em detrimento dos aspectos sociais e culturais.

Outro ponto observado a ser considerado é o papel da alimentação no âmbito da prática escolar que pode ser apontada como uma atividade sem vínculo significativo com o currículo escolar.

Todavia, as entrevistadas apontam que, mesmo que sua apresentação não ocorra pedagogicamente de forma estruturada, a utilização de produtos de origem agroecológica na alimentação escolar já tem caráter educacional.

“Embora não se alcance o trabalho em sala de aula, o oferecimento desses alimentos já é educacional” (Ana).

“O diferencial desse projeto é o aumento de consumo de verduras e folhosos, não tem tantas frutas. No convencional [alimentação escolar convencional] os alunos privilegiam a carne” (...) “houve mudança de hábitos também nos gestores, que tem que comprar o produto orgânico, além do prazer de receber os alimentos pelos diretores, cozinheiras...” (Flor).

Puiggrós (1997) aponta em seu artigo, que o espaço escolar, na atualidade, está povoado por vários...

[...] fragmentos de novas teorias, informações de atualidade, gostos e produções estéticas de fim de século e as novas formas da voracidade e da violência que algumas gerações exercem sobre as outras. Essa penetração não figura na maior parte dos planos de estudo, mas atravessa o currículo escolar, se, nesta circunstância, definimos a este último como o conjunto dos ensinamentos e das aprendizagens que se realizam no espaço da instituição, previstos ou não pelos programas, conscientes e inconscientes, dentro e fora da sala de aula, nos corredores e nos caminhos das ruas laterais à escola, onde se agrupam os adolescentes, nos sussurros e nas discussões públicas.

É fato que a utilização de alimentos orgânicos na alimentação escolar engloba também aspectos sociais, econômicos e ambientes que são alcançados por meio do enlace entre os vários membros desta cadeia, que vai da produção do alimento até o momento de seu consumo.

Contudo, há necessidade da construção desta proposta por parte de todos os envolvidos acerca do tema, o que, em se tratando de alimentação escolar, deve perpassar pelo pedagógico.

Esta possibilidade está enfatizada no projeto do PSS quando argumenta que a alimentação escolar é uma questão nutricional e também envolve o processo ensino-aprendizagem, além de permear aspectos sociais mais abrangentes, que devem ser trabalhadas em âmbito escolar, proporcionando aos educandos e à comunidade escolar em geral, as possibilidades de avanço na caminhada para uma vida mais justa e saudável (SANTA CATARINA, 2003).

No entanto, é preciso superar a idéia, ainda, presente na educação escolar e em projetos de intervenção social que a realização do projeto e de atividades que ele propõe já caracteriza em e por si efeitos educativos e sociais. Parece que a atividade em si não necessariamente gera mudanças subjetivas, apesar de que estas mudanças podem surgir de reflexões advindas destas atividades e interações. Além disso, a teoria e prática da formação devem contemplar todos os aspectos do ato educativo, para que esta se dê de forma integral

(MOGILKA, p. 63, 2006).

Estes aspectos são de fundamental importância para formação da consciência do coletivo escolar em busca do alcance do objetivo maior do uso da alimentação escolar orgânica: a construção de um cidadão crítico, responsável, que se sente como alguém que faz parte de um contexto maior no qual exerce influência como sujeito e agente.

Esta colocação é corroborada por Bizzo e Leder (2005) que enfatizam a necessidade de construção coletiva do conhecimento acerca dos temas educação em saúde e nutrição, mediante planejamento didático participativo com integração entre a equipe de saúde, a escola, a criança e a família. Colocam também o caráter imperativo do treinamento dos professores como condição para sensibilizá-los para o engajamento no processo.

Considerações sobre a utilização dos alimentos orgânicos na alimentação escolar das escolas administradas pelo Estado também foram levantadas durante esta fase da pesquisa.

O custo elevado, a disponibilidade limitada de alguns produtos e a pouca relevância por parte dos produtores quanto ao planejamento para manutenção organizada desta cultura foram apontados como importantes dificuldades para sua aquisição pela SED.

Na questão do preço, o aumento relativo dos alimentos orgânicos está relacionado ao local de compra, tipo de produto e outros fatores relacionados ao processo de produção. Aliado a isso se tem outros fatores como: a baixa escala de produção de orgânicos, maiores custos (mão-de-obra; insumos), o custo da embalagem para diferenciar produto orgânico do convencional, desorganização do sistema de produção (falta de planejamento) e do processo de comercialização, falta de pesquisas (decorrente, principalmente, do forte predomínio de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) alinhados com os princípios da Revolução Verde) e custos adicionais com o processo de certificação e perdas econômicas durante o processo de conversão (DAROLT, 2001; ALTMANN, OLTRAMARI, 2004)

No que diz respeito à limitação na quantidade e variedade dos produtos orgânicos Altmann e Oltramari (2004) concluíram em sua pesquisa que isto se deve a ausência de conhecimento especializado em tecnologias de produção orgânica adaptada às condições catarinenses. No entanto, nesta pesquisa, os agricultores orgânicos que participaram,

consideraram importante o incremento de tecnologias para melhoria de sua produção.

O pouco incentivo em investimentos no Projeto, referente à parcela de contribuição federal, também surge como fator limitante.

4.1.3 A Alimentação Orgânica no Projeto Político Pedagógico da Escola

A Escola objeto desta pesquisa atendeu durante o ano letivo de 2006, aproximadamente, 300 crianças, divididas em doze turmas, entre a pré-escola e ensino fundamental.

A estrutura organizacional pedagógica da escola, durante o período de pesquisa, foi composta de diretora e secretária, administradora, coordenadora e assistente pedagógica e 15 professores.

A escola foi criada em 1935 e teve seu Projeto Político Pedagógico (PPP) concluído apenas em 2005. A necessidade de formulação de proposta pedagógica pelas escolas foi colocada por meio das Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 1996 (Diretrizes e Bases..., 1996). A Lei coloca ainda a responsabilidade do estabelecimento de ensino, bem como dos docentes, pela elaboração e execução de sua proposta pedagógica.

A análise documental, bem como as informações obtidas em entrevista, apontaram para a pouca participação por parte do corpo docente e discente da escola na elaboração desse documento. Observou-se a presença de quatro nomes, entre docentes e discentes, na elaboração e transcrição do PPP da escola.

No PPP da escola está pontuado como filosofia da instituição: “Desenvolvimento de um processo político-pedagógico que busque a superação da ação individual em favor da produção coletiva...” (Escola de Ensino..., 2005).

Todavia, diante do posicionamento da maioria dos docentes da escola em não se envolverem na elaboração do PPP da escola, pode-se supor que o Projeto ainda é considerado como um resultado da necessidade do cumprimento da legislação, mas não como processo, ou seja, um elemento facilitador de reflexões sistematizadas da escola.

Esta observação é corroborada por Bianco (2001) quando dispõe seu conceito de projeto político-pedagógico como sendo a expressão operativa de uma intencionalidade ético-política e pedagógica compartilhada e assumida consensualmente por todos os sujeitos de ação envolvidos na práxis escolar, no exercício de sua soberania.

Monfredini (2002) argumenta que ao observar-se o PPP como um espaço de efetivação da autonomia dos que atuam na unidade escolar vislumbra-se a possibilidade de transposição do cunho burocrático, informativo imposto pela normatização colocada pelos gestores da rede de ensino, podendo suscitar transgressões inovadoras.

a) Os Temas Transversais e o Alimento Orgânico no Projeto Político Pedagógico da Escola

Informações referentes à composição do currículo escolar, incluindo os temas a serem abordados, sugestões de metodologia, objetivos a serem alcançados após exposição de cada conteúdo, correspondente a todas as disciplinas, são alguns dos pontos descritos dentro do PPP da escola em estudo.

Cada professor tem autonomia para desenvolver o conteúdo relativo a sua disciplina.

Conforme colocado, no PPP da escola estão destacados os assuntos a serem trabalhados pelos professores, descrevendo-se também que estes conteúdos devem, sempre que possível, ter suas várias nuances abordadas “partindo-se do princípio que todo o conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos” (Projeto Político..., 2005, p.28)

A escola desenvolve projetos extra-classe como: Agentes da Paz, Dia Família, Horta Escolar, Saúde Escolar, Reiki, Bordado, Cestaria, Fuxico e Manicure (profissionalizante), Projeto Merenda Escolar Sem Agrotóxico e Biodança. A realização destes trabalhos tem como objetivo colaborar para melhora da qualidade de vida de seu corpo docente e discente e estão descritos dentro do PPP.

Outra iniciativa é a formação de um grupo chamado CONVIDA, composto por alguns alunos de 7^a e 8^a séries da escola, que também trabalha o tema meio ambiente, de

forma extra-classe, semanalmente. De acordo com dados da entrevista qualquer criança poderia fazer parte deste grupo, contudo dá-se prioridade a estudantes que, segundo avaliação dos docentes, encontram-se em situação social de risco e o Grupo garante a permanência destes estudantes dentro do espaço escolar.

Normalmente é o grupo CONVIDA que faz visitas em fazendas orgânicas, porque há por eles interesse com o cuidado ao meio ambiente e outras questões ligadas a agroecologia.

Contudo, com exceção da alimentação escolar orgânica e a Saúde do Escolar (atendimento voluntário de uma profissional da área de medicina ao corpo escolar), os demais projetos ainda tem alcance limitado.

Conforme a Portaria Interministerial nº 1.010 para que ocorra a promoção de hábitos alimentares saudáveis a alimentação no ambiente escolar pode e deve ter função pedagógica, devendo estar inserida no contexto curricular (BRASIL, 2006a).

Ainda que no cotidiano da alimentação da escola, o alimento de origem orgânica esteja presente pelo recebimento de uma verba diferenciada para compra, e que a escola tenha sido uma das pioneiras na utilização destes produtos em suas refeições, no PPP o tema é abordado entre os demais projetos desenvolvidos pela escola. Portanto, o tema não é trabalhado de forma interdisciplinar ou não faz parte das atividades pedagógicas da escola.

Grynszpan (1999), discutindo sobre a educação ambiental e em saúde argumenta que o ensino formal, como está organizado atualmente, não propicia experiências interdisciplinares que colaborem para que a formação do aluno aconteça com base na sua realidade.

O que se pôde constatar durante as entrevistas foi uma dificuldade por parte da direção e coordenação pedagógica em apontar atividades pedagógicas curriculares que tivessem como pano de fundo o tema alimentação orgânica.

“A escola sente falta de esclarecimento teórico para professores e alunos... [sobre alimentos orgânicos] (...) a escola corre atrás destas informações”. “(...) o alimento orgânico não está sendo trabalhado em sala” (Cristal).

“Só em ciências que se tem conhecimento, e o projeto da horta é o que

trabalha com alimentação” (Clara).

Outro fator observado durante a pesquisa documental foi à falta de registros de planos de aula ou de ensino de algumas disciplinas, junto aos arquivos de documentos da escola. Tem-se assim um outro fator que parece contribuir com as dificuldades apontadas pela coordenação da escola

Quando os entrevistados foram questionados sobre a possibilidade de ações interdisciplinares abordando os temas alimentação e alimentos orgânicos, destacaram:

“Só professora de ciências que fala deles, mas sem que aconteça atividade interdisciplinar com alimentos orgânicos” (Clara).

“(...) de forma programada os professores não trabalham interdisciplinarmente” (Cristal).

Como combinação de várias áreas de conhecimento, a interdisciplinariedade pressupõe o desenvolvimento de metodologias interativas, configurando a abrangência de enfoques e contemplando uma nova articulação das conexões entre as ciências naturais, sociais e exatas (JACOBI, 2005).

Desta forma pode-se inferir que a abordagem interdisciplinar surge como resposta às necessidades de adaptação a realidades sociais mutantes, sendo uma tentativa de superação de paradigmas fortemente assentados em nossa cultura e corroborados pelos níveis de especialização e compartimentalização dos saberes.

Assim, observa-se a necessidade da abordagem de forma interdisciplinar dos temas saúde, alimentação, nutrição. No entanto, entende-se que estes temas devam ter um caráter transversal e não devem ficar circunscritos em uma disciplina, pois tem em si aspectos integradores, com múltiplas abordagens disponíveis e que se disseminam em grande velocidade, além das elaborações teóricas necessárias para seu avanço como ciência engendradora pelas necessidades do mundo atual (CATALAN, 2001; JACOBI, 2005; BRASIL, 2006c).

Os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) não estão contemplados no Projeto Pedagógico da escola.

Quando da análise do PPP da escola observa-se que os termos saúde e alimentação são colocados entre os objetivos gerais a serem almeçados pelos alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental vinculados, exclusivamente, a disciplina de Ciências, como destacado abaixo:

[...] Compreender o alimento como fonte de matéria e energia para o crescimento e manutenção do corpo, e a nutrição como conjunto de transformações sofridas pelos alimentos no corpo humano: a digestão, a absorção e o transporte de substâncias e a eliminação de resíduos. [...]Compreender o corpo humano como um todo integrado e a saúde como bem-estar físico, social e psíquico do indivíduo (Projeto Político..., 2005, p.35)

Portanto, o texto não apresenta a relação entre os temas alimentação e nutrição e o tema saúde, dando aos primeiros um enfoque biologicista e desvinculado da saúde e seus aspectos social, cultural e economicamente estabelecidos.

Para os alunos de 5ª a 8ª séries, constata-se a abordagem destes temas como objetivos das disciplinas de Educação Física e, novamente, em Ciências, estando, por exemplo, assim textualmente apresentados:

[...]Compreender a saúde pessoal, social e ambiente como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos pela ação de diferentes agentes (Projeto Político..., 2005, p 42).

[...]Reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de melhoria da saúde coletiva (Projeto Político..., 2005, p.42).

De fato, ao se fazer à leitura do PPP da escola percebe-se que os tópicos sobre saúde, alimentação e nutrição são descritos como pontos importantes dentro das disciplinas. Apesar desta apresentação se dar, prioritariamente, sobre aspectos biológicos da temática,

observa-se, a preocupação em descrever a necessidade de se abordar tais assuntos, mesmo que isolado em disciplina, de forma contextualizada.

No entanto, a ausência de abordagens transversais na descrição destes temas no documento sugere a falta de esclarecimento teórico e vivências.

Destaca-se aqui que, conforme já argumentado, há a necessidade de uma abordagem diferente de temas como saúde, alimentação e nutrição, para suscitar o interesse dos atores que fazem parte da escola, pois se trata de assuntos que, principalmente no campo individual, são possuidores de forte carga de valores e atitudes comportamentais que são de difícil descrição por uma área ou disciplina.

Poulain e Proença (2003, p. 386) argumentam que para que se possa avançar sobre a complexidade dos temas alimentação e nutrição, compreendendo as várias interações destes temas, torna-se necessário “(...) que os conhecimentos disciplinares estejam suficientemente solidificados. Então, e somente então, será possível, segundo a expressão consagrada, começar a “cruzar os olhares” entre as disciplinas”.

A escola, no corpo de seu PPP, coloca como seu objetivo principal:

[...]Oferecer condições aos educandos e educadores para que possam desenvolver senso de observação, criatividade, responsabilidade e formas de expressão, tornando-se participativos, críticos e agentes transformadores da sociedade (Projeto Político..., 2005, p.06).

Catalan (2001), analisando a abordagem para a produção do saber, destaca que dentre as diferentes capacidades (cognitivas, motoras, da autonomia e equilíbrio pessoal, da relação interpessoal e da inserção social) desenvolvidas pelo sistema educativo, as disciplinas atendem geralmente, de maneira prioritária, aquelas de aspecto cognitivo e motor, o que dificilmente podem ser as únicas referências para a determinação de todos os conteúdos de aprendizagem.

Faz-se importante ressaltar que a formação inicial dos professores, normalmente, está estabelecida sobre a verticalidade das disciplinas, o que, provavelmente, contribua com a dificuldade de rompimento para uma nova forma de ensino.

A falta de sintonia entre o que se pretende e o que se faz com os temas transversais também tem a formação acadêmica dos docentes como explicação sugerida por Ramos (1998, p.) que coloca:

[...]Os problemas são de natureza cultural e estrutural e reflete-se nas incongruências cometidas no desenvolvimento da política da Reforma Educativa. Para levar adiante a transversalidade é preciso ir construindo uma nova cultura acadêmica, o que levaria consigo novas estruturas de acordo com as exigências de implementação e mudanças de geração na forma de entender a função e a tarefa da Escola.

É notória a preocupação por parte da direção da escola, bem como por parte dos funcionários e alguns professores, em fomentar a construção de uma consciência ecológica, desenvolvendo ações dentro do espaço escolar que enfoquem a importância do cuidado e o respeito para com o meio ambiente.

Esta preocupação está presente na utilização de louças e talheres não descartáveis para o fornecimento da alimentação escolar, na utilização dos espaços livres para o desenvolvimento da horta, além da preocupação com a reciclagem do lixo, com a disposição de lixeiras próprias para resíduos orgânicos e não-orgânicos. Porém, vários foram os momentos de “desabafo” por parte de alguns profissionais quanto às resistências em se fazer a proposta da construção do ambiente da escola como espaço de convivência harmoniosa dos indivíduos com a natureza.

Especula-se que, diante de tantos outros aspectos que envolvem as questões educacionais não abordados e/ou enfocados nesta pesquisa, esta dificuldade de adesão perpassa também pela questão de como tem sido planejados e organizados os fazeres pedagógicos da escola e o que dentro desta instituição é considerado necessário, indispensável por parte dos professores para que haja o favorecimento da construção do conhecimento neste espaço.

Gaglianone *et al* (2006) avaliam que as críticas circunstâncias em que se encontra a maioria das escolas públicas do país, aliada a insatisfação de seus trabalhadores, podem ser apontadas como condições para que a promoção da saúde na escola seja relegada ao âmbito tangencial diante da missão central do ensino das disciplinas tradicionais.

Porém, com base nos autores pesquisados (Bianco, 2001; Baffi, 2002; BRASIL, 2006a; Padilha, 2003; Vasconcellos, 1995) se pode perceber a importância da organização das práticas pedagógicas dentro de diretrizes básicas, incorporando também o tema da alimentação e nutrição, que atendam e sejam intrínsecas a todos os participantes das ações educativas.

Com relação à participação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no que se refere à utilização de alimentos orgânicos, percebeu-se a ausência de comunicação entre a Escola e o CAE.

É importante ressaltar que a participação do CAE em todas as fases que envolvem a aquisição e distribuição da alimentação escolar está assegurada pela legislação (BRASIL, 2006b). Contudo, o número de participantes formadores do Conselho pode surgir como fator limitante para plena execução de seus objetivos.

Porém, é fato que, atualmente, a escola tem em seu corpo docente um representante do Conselho, o que poderia ser visto como uma situação favorecedora para o engajamento da alimentação escolar orgânica no âmbito pedagógico da escola.

b) Estratégias para o desenvolvimento do tema alimento orgânico nos Planos de Ensino

Na escola pesquisada o levantamento documental de planos de ensino e de aula em busca de informações acerca dos temas centrais da pesquisa ficou prejudicado devido a falta de alguns planos de ensino. Esta documentação parece, ser uma importante fonte de informação, e sua falta, invariavelmente, deve interferir nos trâmites do trabalho do corpo pedagógico da escola.

Durante entrevista, os participantes informaram que os temas alimentação, alimentos orgânicos e saúde, supostamente, eram desenvolvidos pela disciplina de Ciências.

“Não está escrito dentro do plano de ensino que na disciplina tal irá se falar sobre os orgânicos (...), mas se eles vão falar de alimentos e

usam os orgânicos como caminho, depende de cada professor”
(Cristal).

Bezerra (2002) em sua pesquisa assinala um aspecto importante que, presumidamente, pode ter interferência nessa relação entre alimentação escolar e educação:

[...]As representações acerca da merenda escolar elaborada por professores, gestores e merendeiras têm como ponto de partida a internalização de uma concepção sobre os alunos que freqüentam a escola: carentes, famintos, necessitados [...] Incorporado esse *habitus*, representam a merenda como a única alimentação diária garantida que a maioria dos alunos teria e como motivo principal da freqüência do aluno.

Os professores têm como guia os conteúdos discriminados no livro didático utilizado pela rede de ensino do Estado. No mais, as informações sobre como eram desenvolvidas as aulas são registradas no diário de classe.

Num texto escrito por Whitaker (1995, p. 50) pode-se averiguar a preocupação desta educadora com o papel do livro didático na escola brasileira, que, muitas vezes, é visto como autoridade máxima, inclusive impondo sua ideologia sobre a do próprio professor.

O livro didático brasileiro utilizado nas escolas de ensino fundamental passa por avaliação pedagógica executada pela Secretaria da Educação Fundamental (SEF), do Ministério da Educação.

Lemos (2006), numa pesquisa que buscou avaliar o tratamento da informação expressa em livros didáticos, a partir dos tipos de gráficos e conteúdos matemáticos abordados nas tarefas propostas nas coleções de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, que receberam a menção “recomendado com distinção”, argumenta em sua conclusão da dificuldade dos alunos em construir procedimentos para coleta, organização, comunicação e interpretação de dados na forma como se propõe o trabalho neste material.

Foi observado também pela autora que, em algumas coleções, o trabalho de tratamento da informação restringiu-se ao capítulo de estatística e probabilidade, sem

atividades relacionadas com outras áreas do conhecimento e não favorecendo, assim, a interdisciplinaridade (LEMOS, 2006).

Sabe-se que, na atualidade, a sociedade tem dado grande valor as informações repassadas pelos meios de comunicação. Percebe-se que dentro da escola, o livro didático assume papel de referência para professores e alunos, por vezes sendo uma das poucas formas de consulta. No entanto, parece sábio não se colocar a formação do aluno exclusivamente neste instrumento, sendo necessário um constante trabalho do professor por meio de questionamentos sobre os conteúdos e propostas de ensino colocados nestes materiais (SILVA, 1996; LEMOS, 2006).

Assim, ressalta-se a importância da heterogeneidade das práticas pedagógicas, onde o livro didático surge como mais um instrumento a ser usado conjuntamente com outros materiais.

4.1.4 Ações e Estratégias Educativas e a Alimentação Orgânica

a) Alimento Orgânico, Saúde e Nutrição: com a palavra, os Professores.

A escola pesquisada tem em sua história uma importante preocupação com a qualidade de vida de toda comunidade escolar, o que fica caracterizado pelos projetos propostos e desenvolvidos neste espaço, além do desenvolvimento daqueles oriundos da Secretaria de Educação do Estado.

Estas ações também são fortalecidas pelo incentivo de alguns professores da escola quando transformam as informações advindas destes trabalhos em conhecimento para os alunos dentro e fora de sala de aula.

“Converso constantemente com alunos porque eles perguntam por que não podem comprar alimentos no barzinho, por que não tem cantina? Então eu explico aos alunos que existe uma lei, e também porque é uma concepção da escola, que é contra os alimentos ricos em gordura, frituras, processados, e opta por uma alimentação mais equilibrada” (profe 2).

Santa Catarina foi um dos pioneiros na implementação de legislação, conhecida como Lei das Cantinas, que regulamenta o funcionamento de cantinas escolares em instituições públicas e privadas do Estado (SANTA CATARINA, 2001).

Durante os encontros, vários foram os momentos em que os professores colocaram que abordavam o tema alimentação, a utilização do produto de origem orgânica na alimentação escolar, destacando que os alunos tinham consciência da presença destes produtos diferenciados na escola.

“A gente fala da importância dos alimentos, a gente fala da merenda da qualidade dos alimentos aqui, que é uma das melhores...” (profe 1).

*“Eu acho que foi trabalhado bastante [o tema **alimentação escolar orgânica**], conversado com aluno (...) Para ter o resultado que temos? Mesmo que não sistematizado esse esclarecimento eu acho que foi feito com sucesso” (profe 3).*

“... a hora alimentação é maravilhosa... (...) o que a gente faz é incentivar, porque sabe come é criança... a maioria não gosta de salada e eles comem, tem variedade muito grande (...) a nossa contribuição está aqui, a gente explica sobre saúde, o que é mais barato, da época, onde são produzidos...” (profe 1).

“Sempre comento com alunos sobre importância de comer frutas e verduras, e com frequência eles me perguntam se faço dieta, pois tem essa concepção” (profe 2).

Esta concepção pode ser exemplo da carência por parte dos alunos de conhecimentos sobre temas como saúde, alimentação e nutrição.

No Brasil o consumo de legumes, verduras e frutas não é adequado, sendo apontado como suposto fator que contribui para a elevação do consumo de alimentos industrializados, ricos em gordura, sal e açúcar e pobres em micronutrientes, incentivados principalmente pela mídia e condicionados ao estilo de vida urbano; a limitação de tempo para o preparo e consumo (que requerem higienização e conservação adequada); o custo (alguns alimentos têm alto valor comercial principalmente quando comparados com produtos

industrializados e processados); d) a pouca ou nenhuma valorização deste grupo de alimentos produzidas em nível regional, como por exemplo, nas regiões mais frias do Brasil, onde o hábito alimentar e cultural de consumo de frutas, legumes e verduras é historicamente reduzido (BRASIL, 2004b).

Além disso, analisando o papel das políticas de saúde e nutrição, mais especificamente, no que tange a dinâmica educacional destas questões, ainda é predominante a lógica da transmissão de informações, pouco contribuindo para construção da autonomia e de uma consciência crítica dos indivíduos.

Santos (2005) aponta a importância da inclusão dos temas que envolvem a educação em saúde e nutrição nos projetos pedagógicos dos diferentes níveis de ensino, favorecendo aos sujeitos, certa criticidade acerca das informações que circulam. Para tanto, a autora considera importante à abordagem destes temas, também, dentro das discussões político-filosóficas do ensino brasileiro, não os reduzindo à mera inclusão de conteúdos.

A dificuldade de sistematização dos conteúdos sobre alimentação, ultrapassando o que está proposto pelo livro didático foi uma das questões levantadas pelos professores. No entanto, parece razoável que os gestores do setor de educação, partilhando de propostas intersetoriais, contribuam com estes profissionais criando condições para sua instrumentalização, vislumbrando as novas demandas apontadas para promoção da saúde e nutrição dos escolares.

Um artigo publicado por Mohr (2002) colocando o resultado de sua análise sobre o tema saúde nos livros didáticos para o ensino fundamental, especificamente as coleções de 1ª a 4ª séries, aponta um conjunto de informações incorretas ou que carecem de melhor elaboração. Tal observação indica a necessidade dos professores disporem de um conjunto de materiais para que, na preparação de suas aulas, desdobramentos do tema e eventuais correções possam ser desenvolvidos.

Sabe-se que os professores possuem habilidade ímpar para a construção do conhecimento e favorecimento ao compartilhamento de experiência entre os estudantes.

Num estudo elaborado por Davanço, Taddei e Ganglianone (2004) que buscaram

avaliar os conhecimentos sobre nutrição de professores expostos e não expostos a um programa educativo, pode-se concluir que os professores expostos ao programa se apresentaram mais bem preparados conceitualmente e também mais sensibilizados quanto ao seu papel e da escola como formadores e transformadores de hábitos de saúde e nutrição.

No transcorrer do encontro os professores informaram que em todas as séries do ensino fundamental a temática sobre alimentação é abordada.

“... a questão dos alimentos é falada em todas as séries, porém com ênfase na sétima séries (partes do corpo, sistema digestório). Na quinta série, quando entra no conteúdo que fala sobre raízes das plantas, levam-se as crianças para horta” (profe 5).

Gonzalez e Paleari (2006) ao desenvolverem um estudo que avaliou a prática de ensino dos professores de Ciências e Biologia sobre o tema digestão-nutrição e também o que seus alunos conheciam destes processos, dos conceitos básicos envolvidos e as condutas alimentares adequadas à boa saúde humana, identificaram a inadequação no tratamento metodológico de ensino e dos conceitos envolvidos nesse processo, que levaram os estudantes ao desinteresse e a manterem praticamente inalterados os conhecimentos ordinários que possuem.

Ademais, os autores constataram ainda que, para os estudantes, o processo de digestão e nutrição, bem como suas implicações para a saúde, configurou-se como fenômenos desvinculados de seu ser (GONZALEZ; PALEARI, 2006).

Na escola, a abordagem dos assuntos saúde, alimentação, alimentos orgânicos e nutrição ministrada aos alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, basicamente, são descritos como de responsabilidade da disciplina de Ciências. Nesta disciplina a professora responsável utiliza outras práticas pedagógicas, além do que é apresentada no livro didático, como visitas e pesquisas na horta escolar e o estímulo ao cultivo domiciliar de temperos.

Constatou-se que para os alunos de 1ª a 4ª séries os alimentos são, eventualmente, utilizados como instrumento pedagógico. Contudo, os demais aspectos que envolvem a temática parecem ter sua abordagem prejudicada.

A horta da escola, um espaço já constituído, não é utilizada pelos alunos desta fase e, de acordo com os professores, isto se deve a pequena área existente. É fato que os alunos da primeira fase do ciclo fundamental da escola encontram-se em situação desprivilegiada em relação aos meios que favoreçam o aprendizado sobre saúde, alimentação e nutrição.

Vale ressaltar que, além das inúmeras possibilidades didáticas que podem ser desenvolvidas no e a partir do espaço, a horta escolar é apontada pelos Ministérios da Saúde e Educação como umas das estratégias a serem estimuladas para promoção de uma alimentação equilibrada e modos de vida saudáveis e a prevenção de distúrbios alimentares e doenças relacionadas à alimentação inadequada (BRASIL, 2004b .; BRASIL, 2006a)

A Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN) ao descrever os Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas coloca que:

A formação de hortas e pomares escolares e/ou comunitárias é estratégia que facilita o acesso a esses alimentos, além de ser um excelente instrumento de atividades didáticas, complementação de renda, participação e mobilização social, entre outras vantagens (BRASIL, 2006c, p 4).

Os professores deram exemplos de formas de trabalho utilizando os vários espaços e momentos que podem fazer parte do processo pedagógico.

Surgiram exemplos já desenvolvidos em outros locais, como a simulação de um mercado numa sala da escola, onde os alunos puderam trabalhar informações de todas as áreas. Apontou-se também a importância da Feira de Ciências, que não é mais desenvolvida pela escola, mas que era um momento de construção conjunta bastante importante.

Atualmente esta Feira é elaborada em conjunto por várias escolas, porém esta forma de trabalho foi questionada pelos professores que consideraram a atividade pouco contextualizada quando não acontece no espaço onde a criança tem seu cotidiano de aprendizado.

Além disso, parece que, mais uma vez, os aspectos ligados à organização da escola surgem como limites, haja vista a ausência de um registro das atividades desenvolvidas ou mesmo o reconhecimento da necessidade de maior interação entre os docentes para que a troca

de conhecimentos sobre experiências pedagógicas que dinamizem o processo de ensino-aprendizagem sobre alimentação, saúde e nutrição, seja desenvolvida.

Em seu texto Tancredi (1998) avalia a formação profissional como um processo que não se esgota nas etapas de formação básica ou continuada, mas que segue por meio de uma atividade de reflexão crítica sobre o saber e a prática, na interação com os colegas, considerando a cultura da escola, o contexto e as necessidades dos professores em exercício.

Durante o encontro foi possível perceber que momentos de discussões entre estes profissionais, buscando ultrapassar as atividades burocráticas ligadas ao ensino, a priori, parecem ser uma ocasião rica para que a troca de saberes e experiências sobre dinâmicas de ensino sejam fomentadas. Estes momentos podem ainda colaborar para o fortalecimento do grupo contribuindo com a possibilidade de leituras, re-leituras e construções do seu fazer pedagógico, de forma individual e coletivamente.

No entanto, para que se institua esta cultura de mudança, que favoreça a revisão dos conceitos e das bases em que se assenta o ensino, é necessário que a escola adote a idéia de torna-se espaço educacional em processo ininterrupto de mudança, adotando para si a premissa da aprendizagem contínua, que tem sido indicada como fundamental para a formação do homem-cidadão-trabalhador (TANCREDI, 1998).

Constatou-se que a discussão com os grupos focais fomentou nos professores um olhar diferenciado acerca das infinitas possibilidades, além da horta, de se fazer educação em saúde e nutrição nos diversos espaços da escola, usando o alimento como meio pedagógico.

“... ano passado houve atividade com alunos dentro da cozinha, em pequenos grupos eles produziram pães e outras preparações; foi bacana, até hoje eles perguntam quando é que vai ter de novo professora?” (profe 5)

“O lanche é um momento de aprendizado sobre alimentos, ultimamente as crianças tem comido muito mais folhas, verduras. O ato de sentar à mesa, ter refeição, usar talheres e a convivência entre crianças surge como um momento rico, de aprendizado, de estímulo a uma boa alimentação”. (profe 2)

Porém, Ribeiro (2006, p.63) reforça que se faz necessário,

[...] propiciar as aproximações científicas de e entre conhecimentos diversos, em que possa aproximar o senso comum da ciência, em que se busque bem mais a formulação de novas perguntas do que a acumulação de respostas duradouras. Deixar de contemplar as ciências positivas em busca de leis e voltar para as ciências interpretativas à procura de significados.

Esse movimento trouxe ainda a constatação da importância da abordagem interdisciplinar sobre alimentação:

“Há a necessidade de um planejamento conjunto, para que os temas que envolvam alimentação não fiquem só com Ciências. Por exemplo, a disciplina de Matemática, vai medir a cerca da horta e só? É necessário um planejamento para mais atividades nesse espaço (profe 2).

Diferentes linhas pedagógicas não contam esforços para pensar em metodologias que propiciem aos alunos conhecimentos básicos para atender a atual demanda sócio-político-econômica da realidade brasileira. Muitas pesquisas vêm sugerindo alternativas para um aprendizado significativo para o aluno e ao mesmo tempo, uma formação/capacitação ao professor.

Na escola, a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997, a visão interdisciplinar do conhecimento trouxe uma proposta de reforma no sistema de ensino, sugerindo que a formação dos estudantes tenha um caráter mais geral, possibilitando-lhes exercitar sua capacidade de buscar informações e analisá-las, de forma significativa, deixando de lado o hábito da memorização.

Porém faz-se pertinente lembrar que a metodologia interdisciplinar prevê a integração de áreas diferentes, portanto, necessita de um tempo maior de diálogo entre os membros do grupo, educador e educando, mais disponibilidade para aceitar a diferença e para conhecer as contribuições que cada disciplina pode dar na construção, ou na reconstrução, de um conhecimento contextualizado (WEIGERT; VILLANI; FREITAS, 2005)

“Eu acho que a gente tinha de ter um momento usando a alimentação escolar que a gente pudesse sistematizar e fazer uma feira uma oficina. (...) Tá faltando sistematizar. Nós temos que dar um jeito de trabalhar em todas as disciplinas isso, fazer momento único de trabalho por todos os professores” (profe 2).

A sensibilização dos professores sobre seu papel de facilitador na construção dos temas sobre saúde, alimentação e nutrição usando de metodologias integradoras, parece ser um dos caminhos para que estes conhecimentos possam fazer parte da estrutura curricular básica da escola.

Este fato foi também constatado por Zamai *et al.* (2004) ao proporem que o espaço escolar pode ser considerado favorável a promoção da educação em saúde considerando o papel dos professores enquanto modelos significativos para os alunos no que se refere aos comportamentos relacionados com a saúde do escolar.

No mesmo sentido Ganglianone *et al.* (2006) argumentam que dado à complexidade do tema, torna-se necessário não somente fornecer aos indivíduos conhecimentos que o ajudarão a conhecer melhor os alimentos, mas contribuir para o desenvolvimento de suas habilidades analíticas e avaliativas para pensar na alimentação e nutrição num mundo ecologicamente sensível e interdependente do global.

Como aliado, o Programa de Alimentação Escolar pode tornar-se um espaço favorável à aprendizagem, como um processo social e permanente, para que todos aqueles que exercem suas atividades neste cenário possam conduzir sua alimentação em busca de uma vida mais saudável, ciente dos limites e possibilidades de suas práticas alimentares, sendo uma forma de desenvolver os recursos sociais pessoais necessários para alcançar o estado de bem-estar (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001), alcançando assim parte dos objetivos do Programa.

No calendário escolar, não raro, são colocadas inúmeras datas comemorativas, além das oficiais, que fazem alusão a diversos temas considerado relevantes, social ou historicamente.

A Secretaria de Educação do Estado colabora com as escolas, com informativos, materiais ilustrativos, entre outros, contendo sugestões à serem trabalhadas pela escola. Além disso, outros projetos temáticos são desenvolvidos e implantados em algumas escolas consideradas referência.

Este é o caso da escola pesquisada, que além das comemorações oficiais, dos projetos pedagógicos internos, faz parte do conjunto de instituições atendidas pelo projeto da Alimentação Escolar Orgânica, alvo desta pesquisa, e invariavelmente, é chamada a participar de outros projetos educativos apresentados pela SED.

A escola pesquisada prima pela organização dos conteúdos indicados em cada disciplina como sendo de fundamental importância para colaboração na formação de seus alunos, e sua integração com a condição social da comunidade/sociedade na qual está inserida é inegável.

A participação em projetos educacionais é avaliada como de grande relevância, haja vista as oportunidades de construção de conhecimento, com o envolvimento da comunidade escolar proporcionado pelo movimento dos projetos, que, em geral, são extra-classes. Mas, há momentos que “cansaço” é a palavra que melhor indica a condição destes professores, que colocam que a cada semana há algum tema a ser desenvolvido.

Os professores entrevistados são unânimes em dizer que há momentos em que “*o extraordinário toma conta do ordinário*”, ou seja, surgem tantas necessidades e conhecimentos que devem ser abarcados, que por vezes o professor tem dificuldade de fazer seu caminhar entre o que lhe foi primeiramente designado como conhecimento a ser trabalhado e este “extraordinário” proposto. [***Ou imposto?***]

Há por parte destes docentes a preocupação com a não continuidade destes trabalhos, que por vezes envolvem também, verbas do Estado ou premiação em dinheiro para instituição. No entanto, a falta de organização no gerenciamento destes projetos implica na descontinuidade do trabalho na escola, levando ao descrédito dos participantes.

O texto de Ribeiro (2005, p. 86) indica que desde que a escolarização ganhou significado de necessidade e exigência da generalidade das populações, sua estruturação e funcionamento tomam aspectos econômicos que devem ser cientificamente conduzidos, pois:

(...) isso ocorre como conseqüência natural do fato de essa escolarização, na grande maioria das unidades, e na totalidade dos sistemas, públicos ou privados, envolver, além de relevante função social, os interesses de um grande número de indivíduos, significativo volume de meios financeiros e, em conseqüência, obrigar a funcionamento econômico, no sentido de melhor aproveitamento do tempo, das energias e dos gastos visando a produtividade ótima.

Ao final dos encontros os professores levantavam propostas que visassem à implementação de ações envolvendo os temas alimentação, alimentos orgânicos, utilização dos espaços da alimentação escolar:

“Então..., mas eu acho que a gente podia planejar duas vezes ao mês ou uma vez por semana cada, para cada turma receber os alimentos orgânicos. (profe 2)

“... toda terça feira uma turma receber os alimentos...” (profe 6)

“Nós somos dezesseis se cada professor pensar...” (profe 5)

“Vamos pensar, é discussão...” (Cristal)

Percebeu-se que todos os profissionais participantes deste momento tinham a intenção, ou de alguma forma, já estavam trabalhando o alimento e a alimentação escolar como um conhecimento ou instrumento pedagógico.

Porém nasce da análise destas informações um desconforto/esperança , pois é fato que a dimensão de saúde, alimentação e nutrição destes componentes, como conhecimento, ainda não está alcançando a relevância proposta pelos gestores federais e estaduais .

A necessidade de ações educativas junto aos professores para que os programas de saúde e nutrição possam obter algum êxito é colocada por alguns autores (DAVANCO, TADDEI, GAGLIANONE, 2004; GAGLIANONE *et al*, 2006;) como ponto fundamental.

Estas atividades necessitam de seguimento, pois se trata de um processo do qual os resultados não surgem em curto prazo.

Destaca-se ainda que além do investimento proposto na utilização de alimentos orgânicos na alimentação escolar há que se considerar que o Projeto de Alimentação Escolar Orgânica em Santa Catarina tem como premissa contribuir para a construção de um saber crítico e consciente da comunidade escolar, alicerçado numa concepção socioeconômico e cultural ecologicamente sustentável.

Mesmo não havendo avaliações por parte da SED, parece importante que a instituição ao usufruir desta situação diferenciada, consolide-a também dentro de suas ações educativas e em seus diversos espaços pedagógicos, reforçando assim, entre outros, seu aspecto educacional em saúde, alimentação e nutrição.

b) Alimento Orgânico, Saúde e Nutrição: e que venham Os Alunos!

Este momento teve como tema norteador à avaliação individual dos alunos sobre a alimentação oferecida na escola.

As demais questões, como a presença do alimento orgânico na alimentação da escola, foram apresentadas no transcorrer da atividade, a fim de fomentar nos participantes outros aspectos, que não somente a avaliação qualitativa das refeições oferecidas.



Fig 1. Estudantes representantes da escola pesquisada durante atividade de grupo focal.

Nos dois grupos surgiram referências quanto à oferta de frutas e verduras no momento da refeição pela escola. E vários relataram consumir e gostar destes alimentos

[Desenho] *“É um boneco comendo a maçã, que faz bem pra todo mundo”.*

“Tem fruta e verdura na escola, maçã, alface... mas, pouca variação”.

“Tem alface, banana, beterraba. Eu gosto de alface”.

“Quando as professoras falam de alimentação às vezes falam da merenda..., falam que tem comer fruta e verdura”.

“Geralmente é a professora de Ciências que fala de alimentação”

As falas vêm reafirmar o que anteriormente havia sido colocado pelas professoras quando referiram conversar com os alunos sobre a importância da ingestão destes alimentos para saúde. Os desenhos representados pelos alunos encontram-se no APÊNDICE D.

A pesquisa realizada por Lima (2006) na mesma escola também trouxe informações acerca da referência dos alunos a gostarem e consumirem na instituição algum tipo de verdura. Porém, esta pesquisa salientou a não referência do consumo de frutas entre os participantes da pesquisa e coloca a ausência deste produto no cardápio.

Já nesta pesquisa pode-se constatar uma realidade que difere do ano anterior, devendo-se esta a implementação do projeto piloto “Frutas na Escola”, desenvolvida pela SED que objetiva a introdução de mais frutas na escola e iniciou com maior oferta da maçã no cardápio escolar. Este projeto foi citado como um dos temas extraordinários a serem trabalhados e a escola teve de desenvolver um projeto para apresentação a SED.

Até o momento, avaliando as falas, parece que o projeto começa a surtir resultados. Contudo, parece prudente a observação do grupo de docentes da escola em relação à falta de continuidade deste tipo de ação.

Considerando o objetivo geral do projeto Frutas na Escola, em fomentar o interesse do aluno pela alimentação da escola com o aumento da oferta e consumo de frutas, contribuindo para a formação de bons hábitos alimentares, a sua descontinuidade poderia levar a um retrocesso neste processo de construção.

O incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras é um dos eixos prioritários dos Ministérios da Saúde e Educação para promoção da alimentação saudável na escola (BRASIL, 2006 a; BRASIL, 2006c).

A disciplina de Ciência foi apontada pelos alunos do segundo ciclo do ensino fundamental da escola como principal fonte de informações sobre alimentos, alimentação e nutrição.

Na pesquisa desenvolvida por Mainardi (2005) a referência aos professores de Ciências como os que mais tem desenvolvido os temas alimentação, saúde e nutrição na escola, também foi observado. A pesquisadora também constatou a ausência da transversalidade destes temas no currículo das escolas.

Esta observação aponta a necessidade de maior organização por parte dos professores responsáveis pelas diversas disciplinas aplicadas a este grupo, sendo imperioso que, por tratar-se de uma faixa etária que tem grande interação com os mais diversos meios de informação, a educação em saúde e nutrição torne-se uma temática mais constante nos fazeres educativos da escola.

Considerando tratar-se de uma fase que antecede a vida adulta, a possibilidade de intervenções e colaborações para melhores esclarecimentos pode influenciar em mudanças positivas e um amadurecimento mais saudável.

No decorrer dos encontros a questão da utilização de alimentos provenientes de cultivo orgânico na alimentação da escola foi abordada.

Na dinâmica desenvolvida com os alunos das turmas de 1ª a 3ª séries estes afirmaram não saber se havia diferença quanto ao tipo de cultivo dos alimentos utilizados nas refeições da escola, bem como não tinham noção sobre o que seria alimento orgânico.

Já os alunos das séries mais avançadas, quando questionados sobre a utilização de produtos diferenciados na alimentação da escola, fizeram alusão ao fato do assunto ter sido abordado na disciplina de Ciências. Citaram que o diferencial estava no tipo de cultivo, porém, não conseguiram fazer a ligação dessas informações ao tema alimento orgânico.

Desta forma, percebeu-se que os alunos desconhecem o que são alimentos de cultivo orgânico e também que, mesmo sabendo que há diferenças no tipo de alimentos utilizados na alimentação da escola, não sabem que se trata da presença do produto de origem orgânica nas refeições servidas.

Lima (2006), em sua pesquisa nesta escola, concluiu haver dificuldades por parte dos alunos em traduzir o que são alimentos orgânicos, sendo que estes o relacionam aos vegetais produzidos na horta escolar.

Novamente, salienta-se a importância da introdução deste tema com maior ênfase no currículo escolar podendo ser o caminho para discussão e desenvolvimento dos Temas Transversais colocados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 1997a). Paralelamente, a implementação de políticas de nutrição e nutrição é um grande desafio para países em

desenvolvimento, sendo necessário para seu desenvolvimento, a implementação de políticas de fomento à produção, distribuição e barateamento de produtos hortifrutigranjeiros de alta qualidade, de preferência cultivados sem agrotóxicos, viabilizando o seu acesso à mesa dos brasileiros (BRASIL, 2002).

No decorrer da atividade percebeu-se que os estudantes com menor idade, além de se expressarem melhor com o desenho, tiveram maior facilidade de colocar o que gostavam e não gostavam no momento da alimentação na escola e que alimentos consumiam mais (Ex. frutas e verduras). Também vale ressaltar que neste grupo mais alunos referiram consumir a alimentação escolar durante a semana.

Provavelmente por este grupo ser formado por crianças de menor idade, possivelmente ainda não tenha sofrido grandes interferências da mídia e outros meios, que não a escola e a família, em seus hábitos alimentares.

Um artigo elaborado por Tuma, Costa e Schmitz (2005) relata a importância da aplicação de ações que envolvam o tema educação em saúde e nutrição na escola desde a mais tenra idade da criança, haja vista que, a partir desta fase são estabelecidas as práticas alimentares que repercutem nas condições de saúde até a vida adulta.

Desta forma, parece importante lembrar o papel da escola, colaborando para construção e desenvolvimento da consciência crítica dos pais e dos próprios alunos acerca de suas preferências e escolhas alimentares.

Mainardi (2005), em pesquisa efetuada em escolas pública e privada de ensino fundamental, observa que os alunos consideram a família como principal formadora de seus hábitos alimentares.

Conforme colocado em Portaria Interministerial desenvolvida em Ministério da Saúde e Educação é necessário enfatizar a co-responsabilidade e importância das famílias no processo de alcance de uma alimentação saudável no ambiente escolar. Para tal é necessário o desenvolvimento de estratégias de informação que alcancem este público (BRASIL, 2006 a; BRASIL, 2006c).

Os estudantes que representaram as turmas de 4^a a 7^a séries eram, na maioria, adolescentes, e as críticas e observações escritas e verbais sobre a alimentação escolar oferecida surgiram com mais ênfase.

A maior parte dos participantes deste grupo come a refeição eventualmente e declaram fazê-lo apenas quando o tipo de alimento ou preparação lhes apetece.

Conforme indicação dos resultados da pesquisa realizada por Sturion *et al.* (2005) avaliando fatores condicionantes da adesão ao Programa de Alimentação Escolar de escolas públicas, quanto maior a idade, menor a frequência de consumo da alimentação escolar durante a semana.

Por tratar-se de uma fase de ocorrência de uma série de mudanças psicoafetivas e de condutas, algumas destas estão relacionadas com o comportamento e hábitos alimentares. Além disso, a adolescência é um período de crescimento acelerado e torna-se também uma fase sensível à deficiência de nutrientes (FERRIANI; SANTOS, 2006).

Diante destas informações e considerando a escola invariavelmente um espaço de convivência destes indivíduos, o desenvolvimento de atividades educacionais em saúde, alimentação e nutrição que fomentem o interesse e curiosidade torna-se imperativo.

Ações que, principalmente, favoreçam a participação dos estudantes no processo de transformação do ambiente acerca da temática (pintura e decoração do refeitório, elaboração de painéis informativos, manutenção da horta) parecem ser uma alternativa viável de contribuição à formação crítica sobre as formas de condução de sua saúde.

Os dois grupos dispuseram algumas observações quanto à qualidade e quantidade dos alimentos servidos, condições de serviço e a forma como as merendeiras preparam a comida ofertada:

“A merenda às vezes é boa. Tem gente que acha todo dia gostoso (...) podia melhorar a quantidade de carne, a oferta de suco...”

“A comida é normal. Comida boa, de restaurante”.

“A [nome da merendeira], ela cozinha bem...”.

“A [nome da merendeira] faz com capricho, é bom”.

“A [nome da merendeira] cozinha [período de trabalho] e de vez enquanto é ruim...”.

“Não tem copo no bebedouro...”.

Na escola, atualmente, as refeições são oferecidas em balcão térmico e os alunos podem se servir das preparações.

Esta condição foi considerada pelos grupos como muito importante, conferindo aos alunos certa autonomia quanto à quantidade e tipo de preparação que querem consumir.

Ao se criarem condições para a adequação dos locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação nas escolas, se contribui com a promoção da saúde do aluno com o favorecimento da segurança sanitária dos alimentos e das refeições (BRASIL, 2004b; BRASIL, 2006a).

Além disso,

A criação de um espaço próprio para divulgar informações relacionadas à alimentação e nutrição propicia o interesse dos alunos e favorece a adesão da comunidade escolar. Com a participação de toda a comunidade escolar, podem ser adotadas estratégias como a criação de uma rádio escolar, murais interativos, peças de teatro temáticas e outras atividades lúdicas (BRASIL, 2006 c).

Outro ponto avaliado foi à importância da alimentação oferecida na escola:

“A comida é importante porque ajuda no nosso desenvolvimento. Tem criança que não tem o que comer em casa daí ela come na escola é importante por isso”.

“Como a merenda porque é saudável e da energia”

“Feijão e arroz para dar mais energia, para ficar bem alimentado, para crescer bem forte”.

“... e mata a minha fome”.

A maioria dos participantes relaciona a importância da alimentação ofertada na escola com uma alimentação equilibrada, favorecedora de seu bom crescimento e desenvolvimento físico e, além disso, supridora de energia durante o período em que permanecem na instituição.

No planejamento da alimentação escolar, os alimentos selecionados para integrarem o cardápio devem possuir alto valor nutritivo e ter boa aceitabilidade pelos escolares (SANCHES, 2002).

Sabe-se que dentre todos os insumos necessários aos seres humanos para um desenvolvimento equilibrado das funções que sustentam a vida, talvez o mais complexo de definir hoje em dia como saudável seja a alimentação (BRASIL, 2002).

O PNAE tem como premissa o oferecimento da alimentação escolar equilibrada atendendo as necessidades dos participantes do programa dentro dos parâmetros nutricionais indicados internacionalmente.

Contudo, a participação de profissionais da Ciência de Nutrição é fator primordial para garantia desta condição tendo em vista ser este o único profissional com capacitação específica para tal (BRASIL, 2002b).

O caráter assistencial da alimentação escolar também foi lembrado pelos alunos, haja vista a escola atender a crianças e jovens das comunidades dos morros circunvizinhos constituídos, em maioria, por população carente.

A alimentação na escola como direito do estudante foi um dos assuntos abordados durante a dinâmica, pois um dos participantes colocou que *“na escola nada era cobrado”*, e *“não se paga nada para estar ali”*.

Todavia, se pode constatar que o assunto precisa ser mais uma vez fomentado, mas junto aos demais alunos da escola, para que seja trabalhada a amplitude do que se concerne como direitos e deveres do cidadão brasileiro.

Parece ser uma característica pertinente à maioria dos adolescentes, os

questionamentos sobre situações que surgem ao seu redor. Mas, por vezes, a dificuldade de articular argumentos acaba por levá-los ao desânimo, trazendo um sentimento de inferioridade.

Esta observação pôde ser bem verificada quando, naturalmente, o grupo questionou a diferenciação entre a alimentação oferecida na escola para os alunos e professores:

“Na hora do recreio é sopa toda rala pra gente e coisa boa pros professores... Eles são melhores do que a gente?”

“Os professores que tem melhores condições de vida não comem aqui eles comem lá embaixo!”

“A gente fala, fala, fala e nunca muda. Todo ano eles dizem que vai mudar e é sempre a mesma coisa...”

“Tem que ter coisa boa pra todo mundo, os direitos são iguais”.

Apesar da forma como foi colocada a frase acima, é importante ressaltar que a maioria dos alunos que participou da entrevista avaliou positivamente a alimentação da escola.

O fato é que, conforme já apontado, no âmbito escolar o corpo docente é sempre referência para aqueles que ali estão na condição de aprendizes. Então, há a necessidade de se observar alguns cuidados para que situações que pareçam comuns a estes profissionais não sejam avaliadas como forma de discriminação pelos alunos.

Salienta-se que todos os espaços dentro da escola podem e devem ser considerados de aprendizado, desta forma parece prudente que discursos e atitudes caminhem na mesma direção, principalmente em se tratando de condutas ligadas à saúde, alimentação e nutrição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta de partida que norteou o referencial teórico e metodológico da pesquisa, possibilitando a análise do problema foi a questão: Como as ações de educação em saúde e nutrição, a partir da utilização da alimentação orgânica, vêm sendo desenvolvidas em uma escola participante do projeto “Sabor Saber?”.

Para isso a pesquisa buscou identificar as ações de educação em saúde e nutrição, com base na alimentação orgânica, em uma unidade escolar da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (SED-SC), revendo estas ações no projeto político pedagógico da escola pesquisada, bem como as ações e estratégias educativas relacionadas ao tema e, por final, identificar as concepções sobre a alimentação oferecida na escola com os participantes do projeto Sabor Saber.

O referencial teórico norteou a construção do modelo de análise da pesquisa, possibilitando, ao mesmo tempo, a busca das informações, análises e discussões, com base nos estudos e na legislação brasileira referentes ao tema.

Assim, as principais conclusões obtidas com este estudo estão delineadas abaixo:

É fato que com as constantes reformulações o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem avançado em seus objetivos, fazendo recomendações acerca da necessidade de estímulo de hábitos alimentares saudáveis no âmbito escolar.

Em Santa Catarina, a utilização dos produtos de origem orgânica na alimentação escolar pode ser descrita como um grande passo em direção a melhoria da qualidade de vida dos estudantes catarinenses.

Contudo, durante a pesquisa pôde-se constatar que devido ao rápido crescimento do número de adesões das escolas ao Programa Sabor Saber (PSS), o monitoramento dos aspectos ligados a educação, apontada entre os objetivos deste programa, não vem sendo realizado.

Em se tratando de um programa de alimentação que utiliza o alimento orgânico e apresenta propósitos educativos bastante ampliados, a necessidade de acompanhamento é fundamental para garantia de sucesso no alcance destes objetivos.

Percebe-se também o aumento desta dificuldade devido à presença de um profissional nutricionista como responsável técnica pela Alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina. Assim, este profissional responde, basicamente, pelas ações burocráticas do Programa de Alimentação Escolar do Estado. No entanto, busca, incessantemente, corresponder às demandas urgentes de educação em saúde e nutrição advindas das instituições.

Conforme informações obtidas junto aos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento e implantação do Programa Sabor Saber nas escolas, a realidade atual do projeto é a utilização do alimento orgânico na escola, porém os alunos ainda não têm consciência disso, não há participação pedagógica, não há trabalho em sala de aula.

Tal colocação fez-nos ainda mais instigados a investigar como as ações de educação em saúde e nutrição, a partir da utilização da alimentação orgânica, estavam sendo desenvolvidas em uma escola participante do Projeto Sabor Saber.

Conclui-se, com a análise das entrevistas, bem como do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que existe uma cultura de cuidados e preservação com o meio ambiente. Esta cultura é perpassada pela questão nutricional pelo meio da manutenção da horta no espaço da escola e da utilização dos alimentos orgânicos na alimentação escolar.

Todavia, ao se continuar analisando o Projeto Político Pedagógico (PPP) constata-se que os temas saúde, alimentação e nutrição estão apontados dentro de duas disciplinas descritas no PPP, porém fica clara a ausência da transversalidade dos temas.

A coordenação educacional da escola encontra também dificuldades em ampliar o número de profissionais em seu corpo docente que abracem a proposta de sistematização das atividades educativas, inclusive daquelas que envolvam a alimentação orgânica.

Esta dificuldade também foi descrita por Neto e Almeida (2000, p. 42) que afirmam que um grande número de escolas públicas parece não atentar para a importância do desenvolvimento de um processo de sistematização e avaliação dos trabalhos pedagógicos,

ocorrendo a negação do processo reflexivo colocado pela elaboração do projeto político pedagógico da escola, um mecanismo democrático de organização e dinamização das ações educativas no espaço pedagógico.

Após análise dos planos de ensino pode-se constatar que o tema alimento orgânico não aparecia como ponto a ser trabalhado nas e entre as disciplinas, o que veio corroborar a informação já colocada pelas professoras.

Os planos de ensino vigentes, que, acredita-se, deveriam nortear a coordenação pedagógica da escola e, principalmente, os professores, sobre como seriam abordados os assuntos, correspondiam ao ano de 2005.

Diante da dificuldade na obtenção das informações e registros sobre como as ações de educação em saúde e nutrição estão sendo desenvolvidas, constatou-se a necessidade de se fazer o levantamento de dados também junto aos professores da escola, e não somente a entrevista com um professor representante como fora pretendido.

O encontro com os professores da escola ocorreu em dois momentos, conforme já descrito, e a técnica de grupo focal contribuiu para que pesquisadora e participantes pudessem refletir acerca das dificuldades e possibilidades em se trabalhar saúde e educação no ambiente escolar.

A valorização de se poder contar na escola com o alimento orgânico na alimentação escolar é apontada como um diferencial importante pelos professores, que confirmam a constante informação aos alunos desta condição.

No entanto, a dificuldade de organização de ações pedagógicas, que ultrapassem a informalidade com os temas alimentação e nutrição, foi apontada pela maioria dos professores.

Pode-se inferir que esta dificuldade tenha como um dos motivos o desenvolvimento dos assuntos serem baseados, prioritariamente, sobre a proposta do livro didático.

Outro ponto a ser considerado seria a contribuição da academia, com o desenvolvimento constante de estágios, pesquisas e trabalhos de extensão, promovendo maior

integração entre o saber acadêmico e o saber profissional.

Considera-se de fundamental importância que instituições de educação básica busquem promover uma discussão, buscando agentes externos e internos, sobre as abordagens teórico-metodológicas utilizadas nas práticas educativas em saúde alimentação e nutrição, prioritariamente sobre a bibliografia de referência da escola.

A proposta inicial da pesquisa na escola incluía momentos em sala de aula. Esta etapa tinha como principal objetivo compreender sobre como as ações e estratégias educativas e a alimentação orgânica estavam sendo trabalhadas na escola de referência, com enfoque para atividades que envolvessem os temas alimentação, alimento orgânico, saúde e nutrição.

Contudo, durante o ano corrente houve paralisação das aulas do ensino estadual e diante disso, os professores tiveram de reorganizar os conteúdos ministrados.

Desta forma, quando a pesquisa iniciou dentro da escola, por meio do intercâmbio com representantes da direção da instituição, houve contato informal com as professoras que informaram que o conteúdo sobre alimentação já havia sido ministrado.

A paralisação, de acordo com informações da administração da escola, teve algumas interferências também quanto ao andamento das atividades extraclases, que foram canceladas em virtude da reorganização do Calendário Escolar.

Assim, apenas as atividades envolvendo a horta escolar e a atividade sobre educação para o meio ambiente, conforme já colocado, foram desenvolvidas em conjunto com as outras escolas do Morro do Maciço.

Na impossibilidade do desenvolvimento da proposta inicial optou-se pelo desenvolvimento de uma atividade com grupos de estudantes (grupos focais) que representariam as turmas do ensino fundamental da escola.

De forma geral, ambos avaliaram a alimentação da escola como sendo boa, e apontaram o fato de tratar-se de uma alimentação equilibrada e fornecedora de energia como sendo o fato de maior importância da presença desta refeição na escola.

Conforme já colocado constatou-se que, nesta escola, há a preocupação em

oferecer um entorno escolar que sirva como referência para os estudantes sobre o que é saudável.

E ainda, as informações obtidas nos levam a concluir que estamos diante de um rico espaço para o desenvolvimento da temática educação em saúde e nutrição que, de alguma forma, já dá indícios tímidos, porém, importantes do avanço do olhar sobre o papel da alimentação e nutrição na escola, tendo aspectos fisiológicos transpassados, levantando-se a uma discussão acerca dos direitos individuais e coletivos em cuidados com a saúde.

Pode-se perceber que, realmente, há um movimento de informações acerca dos temas alimentação, saúde e nutrição dentro da escola. Porém, constatou-se que o planejamento didático destas informações fica, prioritariamente, a cargo do conteúdo de saúde e da disciplina de ciências. Da mesma forma, ocorre com o tema alimento orgânico. E ainda, contrariando as informações colocadas pelos professores, os estudantes sabem que alimentação escolar por eles consumida tem um diferencial, porém, não fazem referência ao uso de produtos de origem orgânica.

Todavia, pode-se constatar também uma grande disponibilidade por parte destes docentes para desenvolverem novas ações envolvendo os alimentos orgânicos, bem como em dar continuidade àquelas já instituídas, como as visitas e pesquisas junto à horta escolar, a oficina culinária e a Feira de Ciência no espaço físico da escola.

É importante lembrar que a escola tem um espaço para distribuição das refeições muito amplo e agradável, que poderia ser mais bem trabalhado com informações sobre alimentação, alimentos orgânicos, saúde e nutrição. Estas informações poderiam ser produzidas, inclusive, pelos estudantes da escola como resultado das discussões em sala.

Assim, ressalta-se, mais uma vez, que a contribuição dos produtos de origem orgânica na alimentação escolar precisa ultrapassar os aspectos fisiológicos da alimentação como refeição oferecida, quando da permanência do estudante na escola.

Diante de tais observações, mais uma vez enfatiza-se a importância da

implementação de ações de educação em saúde em nutrição, aproveitando-se o contexto de utilização do alimento orgânico na escola, como forma de se instituir uma discussão mais ampliada, de caráter multi e interdisciplinar, sobre o tema e, talvez, partindo-se daí para uma construção diferenciada em ações de ensino e aprendizagem na escola.

Portanto, há necessidade do resgate, por parte da escola, das questões educacionais que envolvem o Programa, ou seja, favorecer a todos os sujeitos que participam do processo educativo uma reflexão sobre a cadeia produtiva que envolve o alimento orgânico, avaliando os aspectos sociais que visam à manutenção do pequeno agricultor em seu local de origem, bem como a valorização de seus hábitos e costumes, a preservação da cultura local, dos aspectos referentes à conservação do meio ambiente, ligando também as questões de saúde, alimentação e nutrição.

Estes elementos podem compor os temas transversais que devem estar presente em todos os fazeres pedagógicos das unidades escolares, a exemplo do trabalho e o consumo, o meio ambiente, a saúde, a ética e a pluralidade cultural que envolve a produção e o consumo de alimentos orgânicos.

Contudo, faz-se importante lembrar a imperiosa necessidade da inserção do profissional nutricionista na formação da equipe multiprofissional da escola, participando das ações de educação em a saúde e nutrição por meio de planejamento didático participativo (BIZZO; LEDER, 2005).

Em face da importância deste Projeto torna-se imprescindível à união de forças entre os produtores orgânicos, a direção das escolas atendidas e os gestores estaduais da educação de Santa Catarina para a sensibilização dos gestores federal, a fim de que políticas possam instituir estratégias para priorizar a utilização de alimentos orgânicos nas escolas, a fim de atender as legislações referentes ao tema, como a Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006, a Resolução nº 32 de 10 de agosto de 2006 do FNDE, além das PCN e da Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde da OMS.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? **Em aberto: merenda escolar**. Brasília: MEC/INEP, n.º 67, ano XV, jul./set., 1995. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br>

Acessado 09/04/2006

AERTS, D; ALVES, G. G.; LA SALVIA, M.W.; ABEGG C. Promoção de saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p.1020-1028, jul/ago. 2004.

ALTMANN, R. OLTRAMARI, A. C.. A agricultura orgânica na região da Grande Florianópolis; indicadores de desenvolvimento. Florianópolis: **Instituto Cepa/SC**, 2004. 181p. disponível em: http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Agricultura_organica.pdf. Acessado em 10/12/2006.

BAFFI, M. A. T. O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. In.: BELLO, J. L. P. **Pedagogia em Foco**, Petrópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm>>. Acesso em: 26/10/2006

BARCELOS, N. N. S.; VILLANI, A. troca entre Universidade e Escola na formação docente: uma experiência de formação inicial e continuada. **Ciência E Educação**, v. 12, n. 1, p. 73-97, 2006. Disponível em <http://www4.fc.unesp.br/pos/revista/> Acessado em 08/12/2006

BEZERRA, J A B. **Comer na Escola - Significados e Implicações**. 2002. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2002.

BOOG, M C F; VIEIRA, C M; OLIVEIRA, N L; FONSECA, O.; L'ABBATE. Utilização de vídeo como estratégia de educação nutricional para adolescentes: comer. o fruto ou o produto? **Rev. Nutr.** São Paulo, v. 16, n. 3, p. 281-293, jul./set. 2003.

BIANCO, Z.G. Projeto político-pedagógico, autonomia e gestão democrática da escola: uma perspectiva habermasiana. In.: TORRES, C. A. **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI**. 2001. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/torres/garcia.pdf>

BIZZO, M. L., G.; LEDER, L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 5, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500009&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 08 Nov 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –FNDE- **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, 2004a. Disponível em:

http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/alimentacao_escolar/alimentacao_esc.html > Acessado em 22/02/2005

____ Ministério da Saúde e Ministério da Educação. **Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.** Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006a. Disponível: http://www.fnde.gov.br/home/alimentacao_escolar/portaria_1010_08052006.pdf.

Acessado em 23/06/2006

____ Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –FNDE- **Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação**

Escolar - PNAE. RESOLUÇÃO/FNDE/CD/No 32 DE 10 DE AGOSTO DE 2006b. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/home/resolucoes_2006/alimentacao_escolar/res32_10082006_pnae.pdf Acessado em 23/10/2006

____ Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** meio ambiente, saúde. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.- Brasília, 1997a. 128p. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> acessado em 02-2006

____ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei n. 10831, 24/12/2003a, Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **LEX:** Sistema de Legislação Agrícola Federal. Disponível em: <http://oc4j.agricultura.gov.br/agrolegis/do/consultaLei> Acessado em 09/11/2005.

____ Ministério da Saúde. **Revista Programa de Saúde da Família.** Brasília: Ministério da

Saúde, 1997b.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Ministério da Saúde. **A iniciativa de incentivo ao consumo de legumes, verduras e frutas (L,V&F) no Brasil**: documento base. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/> Acessado: 02/09/2005

_____. Ministério da Saúde. **Política nacional de alimentação e nutrição**. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília, 2003b.

_____. Ministério da Educação. **Estabelecer critérios para execução do PNAE**. RESOLUÇÃO/FNDE/CD/No 38 DE 23 DE AGOSTO DE 2004. 23/08/2004c. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/legislacao/res38_23082004.pdf Acessado em 22/02/2005

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para o Planejamento de Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: Programação e Controle de Qualidade. 7/10/2004d. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Diretoria de Ações Educacionais. Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/download/diretrizesoperacionais_pnae.pdf Acessado em 10/2006

_____. Ministério da Saúde. **Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas**. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN), Departamento de Atenção Básica, 2006c.

Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/dez_passos_pas_escolas.pdf Acessado em 14/12/2006.

_____. Ministério da Saúde. **A Construção de vidas mais saudáveis** / Secretaria de Políticas

de Saúde, Projeto de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002

BUSS, P. M. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 177-185, jan. 1999.

CANDEIAS, N M F. Conceitos de educação e de promoção em Saúde: Mudanças individuais e mudanças organizacionais. **Rev. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 209-213, abr. 1997.

CATALAN, V. G. La transversalidad y la escuela promotora de salud. **Rev. Esp. Salud Pública**. Nov.-dic. 2001, vol.75, no.6, p.505-516.

D i s p o n í v e l :
http://www.scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1135-57272001000600003&lng=es&nrm=iso Acessado em 02/12/2006

COSTA, E. Q., RIBEIRO, V.M. B, RIBEIRO, E. C.O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Rev. Nutr.**, set./dez. 2001, vol.14, no.3, p.225-229.

CYRINO, E G; PEREIRA, M L T. Reflexões sobre uma proposta de integração saúde-escola: o projeto saúde e educação de Botucatu, São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 39-44, jan 1999.

DALROT, M. Comparação da qualidade do alimento orgânico com o convencional. In:

_____. Por Que Os Alimentos Orgânicos São Mais Caros? **Planeta Orgânico**, 2001. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/trabdarmais.htm>. Acessado em 12/05/2006.

DAVANÇO, G. M.; TADDEI, J. A. A. C.; GAGLIANONE, C. P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. **Rev. Nutr.** São Paulo, v. 17, n. 2, p. 177-184. Jun. 2004.

DAVANÇO, G. M.; TADDEI, J. A. A. C.; GAGLIANONE, C. P.; COLUGNATI, F. A. B. Hábitos alimentares de escolares (1^{as} e 2^{as} séries) durante a merenda escolar em escolas públicas de São Paulo, SP. **Rev. Paul. Pediatría**, São Paulo, v. 22, n. 02, p. 95-101, jun. 2004.

DEMO, P. **Educação e Qualidade**. Campinas: Papyrus, 1994.

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (DOU 23.12.96) Disponível em <http://www.cefetce.br/Ensino/Cursos/Medio/Lei.htm> acessado em 27/11/2006.

ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA ANTONIETA DE BARROS. **Projeto Político-Pedagógico**, Florianópolis, 2005 (mimeo)

FERRIANI, M.G.C. SANTOS, G. V. B. Adolescência: puberdade e nutrição. **Rev. Adolescer-Comprender, Atuar, Acolher**. ABEn Nacional, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/revista/cap3.2.html>. Acessado em 14/12/2006

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 52-64, 1992.

FUNDEPAR. **Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná Secretaria de Estado da Educação do Paraná** - SEED Curitiba-Paraná, 1997. Disponível em: http://www.pr.gov.br/fundepar/02_01_pnae.shtml Acessado em 09/04/2006

GAGLIANONE, C. P. *et al.* Nutrition education in public elementary schools of Sao Paulo, Brazil: the Reducing Risks of Illness and Death in Adulthood project **Rev. Nutr.**, Campinas, 19(3):309-320, maio/jun., 2006

GAZZINELLI, M. F.; GAZZINELLI, A.; REIS, D. C.; PENNA, C. M. M. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 200-206, jan/fev. 2005.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Rev. Adm. Empresas**.

São Paulo, v.35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (ORG). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**, 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, p. 70, 1997.

GONZALEZ, F. G.; PALEARI, L.M. O ensino da digestão-nutrição na era das refeições rápidas e do culto ao corpo. **Ciência E Educação**, v. 12, n. 1, p. 13-24, 2006

GRYNSZPAN, D. Educação em saúde e educação ambiental: uma experiência integradora. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 133-138, jan 1999.

IMIANOWSKI, S. **Percepções de crianças em idade escolar sobre saúde, por meio da interpretação do desenho infantil**. 2001. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

INSTITUTO DE NUTRIÇÃO ANNES DIAS. **Semana de Alimentação Escolar, 2005 – Frutas, Legumes e Verduras, pelo menos cinco porções ao dia**. Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.saude.rio.rj.gov.br/saude/pubsms/media/cartilha02_5aodia.pdf> Acessado em: 07/2005

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 Dez 2006. .

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213115340.pdf?PHPSESSID=c8d2b9be6d58bc0232ff2ec41ef332a2 Acessado em 02/2007

LEMOS M. P. F. O Estudo do Tratamento da Informação nos Livros Didáticos das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. **Ciência E Educação**, v. 12, n. 2, p. 171-184, 2006.

LIMA, E. **Os alimentos Orgânicos na alimentação Escolar Pública Catarinense: Um Estudo de Caso**. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LIMA, R T; BARROS, J C de; MELO M R A de; SOUSA, M G de. Educação em Saúde e Nutrição em João Pessoa, Paraíba. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p., jan/abr. 2000.

MACIEL, D M. **Avaliação no processo ensino/aprendizagem de matemática: uma abordagem formativa sócio-cognitivista**. 2003 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

MAINARDI, N. **A ingestão de alimentos e as orientações da escola sobre alimentação sob o ponto de vista do aluno concluinte do ensino fundamental**. 2005, 151f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11141/tde-30082006-150041/>

Acessado em: 05/2006

MALDONADO, L. A., et al. **Avaliação do Projeto “Com Gosto de Saúde” – Uma Iniciativa de Promoção de Saúde por Meio da Alimentação na Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro**. Instituto de Nutrição Annes Dias: Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MINAYO, M.C S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC - ABRASCO, 1992.

MOGILKA, M. A formação humana no horizonte da integralidade. **Rev Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 87, n. 215, p. 53-67, jan./abr. 2006. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{A41F4004-3373-466E-9C6F-DE01CA40C324}_Miolo%20RBEP%20215.pdf

MOHR A.; SCHALL, V. T. Rumos da educação em saúde no Brasil e sua relação com a educação ambiental. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 199-203, abr/jun. 1992.

_____. Análise do conteúdo de 'saúde' em livros didáticos. **Ciência & Educação**, v. 6, n. 2, p. 89-106, 2000. Disponível em <http://www4.fc.unesp.br/pos/revista/>

Acessado em 08/02/2006

MONFREDINI, I. O projeto pedagógico em escolas municipais: análise da relação entre a autonomia e manutenção e/ou modificação de práticas escolares. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 28, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.Php?Script=sci_arttext&pid=S151797022002000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 Dez2006.

NETO, A. C.; ALMEIDA, M. D. Educação e Gestão Descentralizada: Conselho Diretor, Caixa Escolar, Projeto Político - Pedagógico. *IN*: LUCK, H. (Org.) **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br>

acessado em 08/12/2006

ORGANIZACAO MUNDIAL DE SAÚDE. **Estratégia global da OMS para Alimentação e Nutrição**. 57ª ASSEMBLÉIA MUNDIAL DE SAÚDE, 2004. Disponível: http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/eb_portugues.pdf Acessado em 09/06/2005

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE **Fortalecimento de Iniciativa Regional**. Escolas Promotoras de Saúde: Estratégias e Linha de Ação 2003-2012. Washington, DC: OPS/OMS. 74 p, 2003.

OLTRAMARI, A. C. *et al*, Agricultura Orgânica em Santa Catarina. **Instituto CEPA/SC**, 2002. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/organicos.pdf>. Acessado: 10/12/2006

ORMOND, J. G. P. *et al*. Agricultura Orgânica: Quando O Passado É Futuro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002. Disponível: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1501.pdf>. Acessado: 10/12/2006

PADILHA, P. R. Projeto Político-Pedagógico: caminho para uma escola cidadã mais bela, prazerosa e aprendente. **Revista Pátio**, nº25, Ano VII fev/abr 2003. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/Biblioteca/frontera.htm> Acessado em 26/10/2006.

PEREIRA, A L F. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 32, p. 1527-1534, set/out. 2003.

PEREIRA, O. M. F. **Programa de Alimentação Escolar: O Rio de Janeiro em Questão Limites e Perspectivas**. 2003 223 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PUIGGRÓS, A. Para que serve a escola? **Rev. Pátio**. Porto Alegre, nº 3, nov/jan 1997 - 1998. Disponível em www.revistapatio.com/Para_q_serve_a_escola_arquivos/patio01_arquivos/fr_conteudo_patio.htm Acessado em 22/02/06

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992. 273 p.

PIPITONI, M. A. **Programa de alimentação escolar: um estudo sobre descentralização, escola e educadores**. 1997 281 f. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 16, n. 3, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.Php?Script=sci_arttext&pid=S141552732003000300002&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 04 Dez 2006

RAMOS, R.Y. Temas Transversais: a Escola da Ultramodernidade. **Pátio Revista Pedagógica**. Ed. ARTMED, nº 5 - mai/jul 1998. Disponível: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/educacao/patio/patio5.html#autor> Acessado: 02/12/2006.

RIBEIRO, J. Q. Planificação educacional (planejamento escolar). **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 85-93, jan./abr. 2005. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{E7A1446B-600E-49C1-9BF8-FABFB64F1BA4}_MioloRbep_especial60.pdf. Acessado em 28/11/2006.

RIBEIRO, O M. E se Narciso conhecesse Alice? Conjeturas a respeito de um tema da educação. . **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 87, n. 215, p. 53-67, jan./abr. 2006. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{A41F4004-3373-466E-9C6F-DE01CA40C324}_Miolo%20RBEP%20215.pdf. Acessado em 20/11/2006.

SANTA CATARINA. **Manual de Operacionalização do Programa de Alimentação Escolar Orgânica**. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia/Gerencia de Merenda Escolar. Santa Catarina, 2003, p. 25 (mimeo).

_____. **Programa Estadual de Alimentação Escolar – PEAE**. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia/Gerencia de Merenda Escolar de Santa Catarina, 2006. Disponível em <http://www.sed.rct-sc.br/sitediae/materia> . Acessado em 14/11/2006.

_____. **LEI Nº 12.061 de 18 de dezembro de 2001** Dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e Bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.sed.rct-sc.br/sitediae/materia.php?id=221>. Acessado em 06/12/2006

SANCHES, M. **Hortaliças: Consumo e Preferências de Escolares**. 2002, 128f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 5, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Dez 2006.

SAUPE, R. *et al.* Competência dos profissionais da saúde para o trabalho interdisciplinar. **Interface (Botucatu)**. Botucatu, v. 9, n. 18, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832005000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 Nov 2006.

SCHALL, V. T. Environmental and health education for school-age children: a transdisciplinary approach. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 259-263, abr/jun. 1994

SCHWARTZMAN, F.; TEIXEIRA, A. C. Educação Nutricional: prevenindo a obesidade. **Nutrição em Pauta**, v. 06, n. 32, p. 30-32, set./out., 1998.

SILVA, E. T. Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem. In: **Em Aberto**. Brasília. Ministério da Educação: INEP, 1996, v. 16, n. 69.

STRIGHETA, P. C. **Alimentos orgânicos: produção, tecnologia e certificação**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa – UFV, 2003, p. 289-312.

STURION G. L. **Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros**. 2002 268 f. Tese (Doutorado em Alimentos e Nutrição)- Faculdade de Engenharia de Alimentos. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

STURION, G. L. et al . Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 Dez 2006.

TANCREDI, R. M. S. P. Globalização, Qualidade de Ensino e Formação Docente. **Ciência & Educação**, São Paulo: UNESP, v.5, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/pos/revista/vol5num2.htm>. Acessado em 30/11/2006

TUMA, R. C. F. B.; COSTA, T. H. M.; SCHMITZ, B. A. S. Avaliação antropométrica e dietética de pré-escolares em três creches de Brasília, Distrito Federal **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, Recife, v. 5, n. 4, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292005000400005&lng=en&nrm=iso Acesso em: 06/02/ 2007.

VALLA, V.V., HOLLANDA, E.. A escola pública – fracasso escolar, saúde e cidadania. In:

VALLA, V. V., STOTZ, E.N. (Org.). **Educação, saúde e cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1994.

VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família**. 2ª. Ed., São Paulo: Hucitec, Sobral: Uva, 2001. 336 p.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

ZITKIOSKI, J.J. **Horizontes da (Re) fundamentação da Educação Popular**: um diálogo entre Freire e Habermas. Frederico Westphalen: Ed. URI, 2000

WHITAKER, D. C. A. Menino-menina: sexo ou gênero. Aspectos cruciais. IN: GRANDE, M. A. R. L.; SERBINO, R.V. (ORG.) **A Escola E Seus Alunos**. São Paulo-SP: UNESP, 1995.

WEIGERT, C. VILLANI, A. FREITAS, D. A Interdisciplinaridade e o Trabalho Coletivo: Análise de um Planejamento Interdisciplinar. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 1, p. 145-164, 2005

ZAMAI, CA; BANKOFF, ADP; RODRIGUES, A. A; SILVA, JF. Estudo do conhecimento x incidência de fatores de risco entre escolares do ensino fundamental e médio **Movimento & Percepção**, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.4, n.4/5, jan./dez. 2004. Disponível <http://www.unipinhal.edu.br/movimentopercepcao/viewarticle.php?id=34&layout=abstract>. Acessado 29/04/2005

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
Parecer Consubstanciado Projeto nº 020 / 2006

I - Identificação

Título do Projeto: A alimentação orgânica no Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma proposta para Educação em Saúde e Nutrição.

Pesquisador Responsável: Profª Drª Anete Araújo de Sousa - Depto: Nutrição/ CCS/ UFSC.

Pesquisador Principal: Mestranda Elisângela de Sousa

Instituição onde se realizará: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.

Data de entrada no CEP: 13 /02 /2006.

II – Objetivos

Geral: Analisar e propor ações de saúde e nutrição com base na alimentação orgânica em uma unidade escolar da SIE, considerando os objetivos e as perspectivas da escola promotora da saúde.

Específicos:

- Avaliar o Projeto “Sabor Saber” em relação às diretrizes e aos objetivos educacionais do PNAE/MEC;
- Identificar os temas transversais recomendados pelo MEC, ligados à alimentação, no projeto pedagógico da escola;
- Identificar o tema alimentação e/ou alimentos orgânicos dentro do planejamento de atividades anuais da escola;
- Caracterizar as ações e estratégias educativas relacionadas à educação em saúde e nutrição na escola, com a utilização do alimento orgânico;
- Identificar as concepções de alimentação oferecidas pela escola com os participantes do Projeto “Sabor Saber”;
- Formular diretrizes que possam contribuir para avaliação das ações educativas com o alimento orgânico no projeto pedagógico da escola analisada.

III - Sumário do Projeto

Pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida a partir de um estudo de caso. O estudo de caso será desenvolvido em uma escola de referência da rede estadual de ensino, mediante a observação participante do ambiente escolar, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com 30 participantes, entre Diretoria de Assistência ao Estudante, Gerente da Merenda Escolar, Nutricionista Responsável pela merenda escolar, Diretora da Escola de referência da SSCEI, Coordenadoras pedagógicas, Merendeiras e Representantes dos alunos. Os dados coletados serão avaliados de forma descritiva.

IV – Comentários

O projeto encontra-se bem delineado e escrito, as pesquisadoras estão qualificadas para seu desenvolvimento, o protocolo apresenta os documentos necessários para análise.

Para que o protocolo atenda ao disposto na Res .196/96 do CNS, solicita-se a resolução das seguintes pendências:

1. O preenchimento adequado da página de rosto, nos campos “endereço”. Observa-se que embora tenha sido entregue o currículo Lattes das pesquisadoras, o endereço profissional da orientadora não consta no protocolo;

2. Qual o papel da Prof^a Neila Maria Viçosa Machado, cujo currículo esta anexado ao protocolo sem, no entanto, estar citada sua participação na pesquisa;
3. Apresentação do roteiro de entrevista a ser utilizado;
4. A pesquisa prevê entrevista com alunos representantes dos estudantes. Salienta-se que neste caso, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ser assinado pelos pais dos alunos ou seu representante legal, se forem menores de 18 anos.

V - Parecer do CEP:

Com pendências

VI - Data da Reunião

Florianópolis, 27 de março de 2006.

Parecer final – Tendo em vista o atendimento das pendências, somos de parecer que o presente projeto e o TCLE sejam aprovados por este Comitê.

Parecer do CEP:

Aprovado.

Florianópolis, 14 de agosto de 2006



Prof. Washington Portela de Souza

Coordenador

Devem ser encaminhados relatórios parciais anuais e relatórios finais dos projetos Aprovados pelo CEP da UFSC.

Fonte: CONEP/ANVS - Resoluções 196/ 96 e 251/ 97 do CNS.

APÊNDICES

APÊNDICE A

GUIA DE ENTREVISTAS

1. Entrevista com a Gerente e a Nutricionista da Secretaria de Educação de SC

I – Características do programa de alimentação escolar em relação aos objetivos educacionais do PSS no Estado de SC
Qual a análise que você faz das diretrizes do PNAE?
Quais os objetivos do PNAE no estado? Quais os profissionais que participam deste Programa?
II - Diretrizes e objetivos do PSS
Como iniciou o projeto de introdução de alimentos orgânicos (AO) nas escolas? Qual a participação do Fórum do Maciço, da Agreco, do Projeto Saber e Sabor e da lei dos orgânicos?Quais as diretrizes do Projeto sabor Saber (PSS)?
Quais os objetivos do PSS?
Quais os indicadores de avaliação do alcance dos objetivos do projeto em relação a:
<ul style="list-style-type: none"> a) Qualidade das refeições servidas b) Redução dos problemas nutricionais c) Valorização da cultura alimentar regional d) Valorização da concepção agroecologica na produção de alimentos e) Contribuição no desenvolvimento da economia familiar e rural
Quantas escolas iniciaram o processo de utilização de AO? Quantas estão utilizando atualmente?
Quais as limitações relacionadas ao processo de utilização de AO na alimentação escolar de SC?
Qual o papel do Conselho da Alimentação Escolar na utilização de AO?

Questão Aberta:

Como você avalia a alimentação oferecida na escola?

Análise documental (Nível Central)

- a) Diretrizes e objetivos do PNAE
- b) Diretrizes e objetivos do PSS
- c) Relatórios referentes às atividades educacionais envolvendo o PSS
 - Reuniões de sensibilização dos envolvidos no projeto
 - Reuniões da escola de referencia sobre o PSS

2. Entrevista com Diretora e Coordenadores Pedagógicos da Escola de Referência

I. Características do programa de alimentação escolar/histórico
Nome da escola, ano de fundação, nº de alunos e séries atendidas e nº de turmas.
Quais os profissionais (e respectiva formação) que fazem parte do processo pedagógico da escola e da UAN? (Como é a estrutura organizacional pedagógica da escola?)
III. Temas Transversais no Projeto Político Pedagógico (PPP)
Como foi construído o PPP (Participações?)
Como o PPP foi/está planejado para incorporar os temas transversais propostos pelo MEC?

IV. Estratégias para o desenvolvimento do tema alimentação/alimentos orgânicos dentro do Currículo
Como esta sendo trabalhado o tema alimentação nas disciplinas?
Quais disciplinas? Há atividades desenvolvidas de forma interdisciplinar?
Há projetos da escola envolvendo este tema?
Há uma programação de atividades individuais ou grupais envolvendo o tema?
Como esta sendo trabalhado o tema alimento orgânico nas disciplinas?
Quais disciplinas? Há atividades desenvolvidas de forma interdisciplinar?
Há projetos da escola envolvendo o tema alimento orgânico?
Qual a participação do Conselho de Alimentação Escolar no processo de utilização de AO?
Foi feita alguma avaliação quanti/qualitativa sobre o consumo alimentar após a introdução dos alimentos orgânicos?

Questão Aberta:

Como você avalia a alimentação oferecida na escola?

Análise documental

- a) Planejamento anual de atividades escolares
- b) Projetos que envolvem saúde e alimentação na escola
- c) Planos de ensino/aula das diferentes áreas do conhecimento do PPP

APENDICE B
GRUPO FOCAL COM PROFESSORES E ESTUDANTES DA
ESCOLA PESQUISADA

I. Estratégias para o desenvolvimento do tema alimentação/alimentos orgânicos dentro do Currículo
Como vocês trabalharam o tema alimentação na escola? *como vocês acham que pode ser trabalhado?
Algumas destas atividades foram feitas em conjunto, ou seja, entre uma ou mais disciplinas? Como vocês que poderia acontecer este trabalho?
Na escola o tema já foi trabalhado?
Como foram estes trabalhos? Houve uma programação de atividades individuais ou grupais envolvendo o tema?
O que acharam desta experiência?
Como vocês trabalham o tema alimento orgânico na escola? *como vocês acham q pode ser trabalhado?
Como foi trabalhado (oficina, aula expositiva, visita)? Há atividades desenvolvidas de forma interdisciplinar?
Quais os espaços pedagógicos utilizados para desenvolver estas atividades?

I - COMO VOCES AVALIAM A ALIMENTACAO OFERECIDA PELA ESCOLA?

APENDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

Título da Pesquisa: **A Alimentação Orgânica no Projeto Político
Pedagógico da Escola: uma proposta para a
Educação em Saúde e Nutrição**

Pesquisadores: Elisângela da Cunha e Anete Araújo de Sousa

Telefone para contato: (48) 3331-9784 / 9958-5437

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa esta sendo realizada pela Nutricionista Elisângela da Cunha, aluna do Curso de Mestrado em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do Prof^a. Dr^a. Anete Araújo de Sousa. Esta tem como objetivo relatar como as ações de educação em saúde e nutrição, a partir da utilização da alimentação orgânica, vem sendo desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem em uma unidade escolar participante do projeto “Sabor Saber” ligada a Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (SECT-SC).

A coleta de dados ocorrerá através de entrevistas realizadas com representante da Diretoria de Assistência ao Estudante da SECT-SC, Gerente de merenda escolar, Pedagoga envolvida na elaboração e monitoramento do Projeto, Nutricionista responsável pela merenda escolar, Diretora (s) da Escola Referência, Coordenadoras pedagógicas, Merendeiras e Representantes dos alunos da Escola Referência.

As entrevistas serão gravadas em fitas cassetes e registradas posteriormente por escrito, ficando garantido o anonimato e o caráter sigiloso das informações recebidas.

Os participantes da pesquisa receberão esclarecimento quanto a possíveis dúvidas durante sua realização e terão acesso aos resultados obtidos.

A participação no estudo não terá implicação legal que possa determinar prejuízo aos usuários do serviço de saúde e demais entrevistados.

Declaro ter sido informado(a) dos objetivos e dos procedimentos da pesquisa e que concordo em participar da mesma. Estou ciente de que poderei recusar-me a responder a qualquer pergunta, e de que tenho a liberdade de retirar-me desta pesquisa em qualquer etapa, se assim o desejar.

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do Participante

Florianópolis, ____ de _____ de 2006.